

revista

# poli

saúde  
educação  
trabalho

Ano VIII — Nº. 42 — set./dez. 2015



Mala Direta  
Básica

BR 22015/00011-00011  
Fluoruz

Correios



#### ENTREVISTA

Guilherme Boulos  
analisa a crise política

#### VIOLAÇÃO DE DIREITOS

Retrocessos ameaçam  
os povos indígenas

Opções do governo,  
alternativas e o tamanho  
da conta para as políticas sociais

Conheça o  
**Poli**

**Material  
Educativo**

**Publicações**



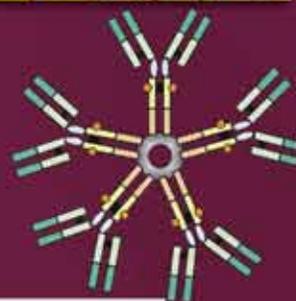
**Ensino Médio Integrado à  
Educação Profissional**



**PROEJA**

**Ensino Profissionalizante  
para Jovens e Adultos**

**Programa  
de Vocação  
Científica**



**Revista**

**TRABALHO, EDUCAÇÃO E SAÚDE**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE**

**Biblioteca Virtual em Saúde**  
*Educação Profissional em Saúde*



**RETS**

**Rede Internacional de Educação  
de Técnicos em Saúde**

**Observatório  
Juventude & T**



**OBSERVATÓRIO  
dos Técnicos em Saúde**

Promover atividades de ensino, pesquisa, comunicação, desenvolvimento tecnológico e cooperação na área de Educação Profissional em Saúde: essa é a missão da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz. A EPSJV atua, portanto, com o segmento educacional que corresponde à maioria dos profissionais de saúde no Brasil.

Criada em 1985, no contexto da Reforma Sanitária Brasileira, a Escola nasceu para defender que a educação também era um direito e que a formação dos trabalhadores de nível médio deveria ser integral, preocupando-se não só com os conhecimentos específicos para a prática profissional mas também com os condicionamentos históricos e sociais do mundo do trabalho em saúde.

[www.epsjv.fiocruz.br](http://www.epsjv.fiocruz.br)

<b>Violação de direito</b>	4
Mais longe da terra	
<b>Capa</b>	
Por dentro (e por trás) do ajuste fiscal	9
Alternativas ao ajuste	12
Desajuste na conta do trabalhador	16
Sobrou para o SUS	20
Pé no freio da educação (pública)	24
<b>Almanaque</b>	30
<b>Entrevista</b>	29
Guilherme Boulos - "Para a esquerda brasileira sair do atoleiro em que está hoje, é preciso ter uma ampla unidade de ação"	
<b>Livros</b>	32
Uma obra contra a invisibilidade	
<b>Dicionário</b>	33
Economia	

Crise econômica, cortes nas políticas sociais, aumento do desemprego, greves... Nesta edição, a Revista Poli convidei você a conhecer um pouco mais sobre o ajuste fiscal que está sendo implementado pelo governo e a entender por que este caminho tomado traz inúmeras dificuldades para os trabalhadores. Como o difícil momento exige, o que estamos propondo aqui é uma reflexão profunda sobre os cortes feitos no orçamento, as medidas estruturais em curso e o tamanho do impacto em áreas tão importantes para a população como o emprego, a saúde e a educação. Para isso, a Poli conversou com economistas, pesquisadores e sindicalistas. Também tentou falar com o governo, mas nenhum dos quatro ministérios contactados — Saúde, Educação, Trabalho e Fazenda — respondeu à solicitação de entrevista. Como não poderia deixar de ser, esta edição traz também análises sobre que outras direções o governo poderia tomar para resolver os problemas econômicos sem que eles recaíssem, mais uma vez, sobre os ombros dos mais pobres.

Complementando essa discussão, a sessão Almanaque traz informações sobre como a classe trabalhadora vem respondendo à perda de direitos utilizando um mecanismo de pressão e enfrentamento histórico: as greves. No Dicionário, a palavra Economia ganha forma, história e detalhamento, mostrando que não existe decisão econômica que não seja também uma escolha política. A seção explica quais são as escolas de pensamento econômico e qual o fundamento por trás das decisões dos governos.

O nosso entrevistado desta edição, o filósofo Guilherme Boulos, dirigente do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, contribuiu ainda mais para a análise da situação trazendo elementos sobre a conjuntura política marcada pelo descrédito nas estruturas partidárias que governam o país e reflexões sobre opções dos movimentos sociais e da esquerda frente à crise política.

A Poli traz ainda uma reportagem de caráter urgente: denunciar, mais uma vez, o calvário percorrido pelos povos indígenas de várias regiões do país, mais recentemente, especialmente do Mato Grosso do Sul. A matéria mostra que a terra continua sendo uma questão de sobrevivência para esses brasileiros e que muitos têm lutado por ela pagando com a própria vida. O quadro é ainda mais crítico porque as ameaças não param de acontecer, inclusive, do Congresso Nacional.

Boa leitura!

Ano VIII - Nº 42 - set./dez. 2015  
Revista POLI: saúde, educação e trabalho -  
jornalismo público para o fortalecimento da  
Educação Profissional em Saúde.  
ISSN 1983-909X

#### Conselho Editorial

Alexandre Moreno, Cristina Barros, Grasieli Nespoli, Ieda Barbosa, José Orbílio, Júlio César Lima, Ana Beatriz de Noronha, Leandro Medrado, Leandro Nardarcio, Marcia Lopes, Marcela Pronko, Clélia Assis, Páulea Zaquini, Paulo César de Castro Ribeiro, Sergio Munck, Tania Camel, Marcelo Melo.



/epsjvfiocruz



@epsjvfiocruz

Assine Nosso Boletim

Envie e-mail para [revistapoli@epsjv.fiocruz.br](mailto:revistapoli@epsjv.fiocruz.br)

#### Coordenador de Comunicação, Divulgação e Eventos

Marcelo Paixão

#### Editores e Repórteres

André Antunes  
Cátia Guimarães  
Maíra Mathias  
Raquel Júnia

#### Projeto Gráfico, Diagramação e Capa

Zé Luiz Fonseca  
Marcelo Paixão  
Maycon Gomes

#### Assistente de Gestão Educacional

Solange Maria

#### Analista de Gestão Educacional

Valéria Melo

#### Distribuição

Tairone Cardoso

#### Editora Assistente de Publicações

Lisa Stuart

#### Tiragem

10.000 exemplares

#### Periodicidade

Bimestral

#### Gráfica

WallPrint

#### Endereço

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, sala 305 - Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos,  
Rio de Janeiro CEP: 21040-360 - Tel.: (21) 3865-9718 - Fax: (21) 2560-7484  
[comunicacao@epsjv.fiocruz.br](mailto:comunicacao@epsjv.fiocruz.br) | [www.epsjv.fiocruz.br](http://www.epsjv.fiocruz.br)



Barco da Funai incendiado por manifestantes em Humaitá (AM) em protesto contra indígenas.

## Mais longe da terra

Demarcações são pauta central do movimento indígena, que identifica ataques vindos dos três poderes contra seus direitos constitucionais

Maíra Mathias

**M**arialva, Nísio, Oziel. É muito provável que você não nunca tenha ouvido falar nas histórias por trás desses nomes. São algumas das vítimas nos últimos anos da escalada da violência contra os povos indígenas no Mato Grosso do Sul que explodiu de novo entre agosto e setembro. O ataque que inaugurou a onda de terror entre as comunidades aconteceu no município de Antônio João, onde se localiza a Terra Indígena Ñanderú Marangatú. Lá, no dia 29 de agosto, pistoleiros fortemente armados assassinaram o guarani kaiowá Simão Vilhalva, feriram outras pessoas e deixaram um rastro de destruição.

O episódio do Ñanderú Marangatú não é um ponto fora da curva. Emboscadas e “desaparecimentos” de lideranças indígenas, incêndios em aldeias, confinamento em reservas pequenas e superlotadas ou acampamentos em beiras de rodovias, desassistência à saúde, invasões e exploração ilegal de recursos naturais nos territórios já demarcados, incremento dos episódios de preconceito e racismo são algumas das muitas violações a que comunidades indígenas estão submetidas em todo o país. “A tentativa de retirar dos povos a condição de sujeitos de direitos é a diretriz que guia esse processo”, resume Cleber Buzatto, coordenador do Conselho Indigenista Missionário, o Cimi. A entidade produz anualmente um relatório que reúne informações, análises e notícias sobre os problemas enfrentados pelos indígenas. É a única fonte a compilar os casos de homicídio. Apesar de a informação vir da Secretaria Especial de Atenção à Saúde Indígena do Ministério da Saúde (Sesai/MS), os dados não são divulgados e precisam ser obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação. No período entre 2003 e 2014, a Sesai registrou 754 assassinatos cometidos contra indígenas no país, 138 deles só no ano passado. O Mato Grosso do Sul figura todos os anos como o estado mais violento. Como pouco tem sido feito para identificar e punir os autores desses ataques, a certeza da impunidade torna os crimes cada vez mais frequentes. “No Mato Grosso do Sul há uma conjugação de esforços para que a questão indígena seja desidratada, no sentido de retirar força dos próprios

indígenas mediante a recorrente retirada de direitos. Os processos e inquéritos relativos a mortes e violências contra indígenas ficam parados sem nenhuma diligência por um longuíssimo período de tempo e são todos inconclusos. Não há investigação ou a investigação é tardia, quando ela começa os dados já se perderam”, atesta a subprocuradora-geral da República Deborah Duprat, responsável pela 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, que se dedica a populações indígenas e comunidades tradicionais.

O movimento indígena é unânime ao defender que a demarcação de terras é o único mecanismo capaz de superar definitivamente os conflitos entre indígenas e produtores rurais. Mas os entraves para que os territórios sejam restituídos se multiplicaram nos últimos anos. “Hoje os ataques aos povos indígenas acontecem de forma articulada nos três poderes da República. No Executivo há a decisão de paralisar a demarcação, no Legislativo há constantes ameaças de retrocessos e de impedir o acesso aos territórios e no Judiciário se torna cada vez mais comum a interpretação que leva a decisões de revisão ou cancelamento dos processos demarcatórios já concluídos”, denuncia Sonia Guajajara, da Articulação dos Povos Indígenas no Brasil (Apib).

### A força dos ruralistas

Na data do fechamento desta edição, a bancada ruralista obteve mais uma vitória na Câmara dos Deputados. No dia 27 de outubro, a Comissão Especial da Demarcação de Terras Indígenas aprovou por 21 votos a zero a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215 do deputado Almir Sá (PPB-RR). O objetivo é que a decisão final sobre a criação e modificação de terras indígenas, quilombolas e áreas de proteção ambiental seja transferida do Executivo para o Legislativo. O relator da matéria, Osmar Serraglio (PMDB-PR), declarou na ocasião da instalação da comissão,

que Executivo e Congresso têm que ter “paridade de armas” para decidir sobre as demarcações: “os dois têm de ter canhão, os dois têm de ter fuzil”, disse.

“Temos um verdadeiro campo de batalha instalado. Parece que se cria uma situação de guerrilha em relação a tudo que se refere a terras ou povos indígenas”, observa Sônia. “A PEC 215 é um dos maiores absurdos que se pode imaginar porque na concepção constitucional atual, questões de minorias não são sujeitas às maiorias eventuais. O Congresso, por essa razão, não seria o *locus* próprio para deliberação sobre terras indígenas. De resto, é uma tarefa exclusiva do Executivo, haveria uma invasão de poderes”, garante Deborah Duprat. Tanto o Ministério Público quanto deputados do PT, PCdoB, PV, Psol e Rede prometem entrar com Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF).

Na avaliação de Cleber Buzatto, após conseguir aprovar o Novo Código Florestal, em 2012, a bancada ruralista passou a concentrar forças no ataque à legislação indigenista. “Já no final de 2011, eles aprovaram na Comissão de Constituição e Justiça a constitucionalidade da PEC 215. Desde então, têm agido de forma sistemática para aprovar essa e outras matérias do interesse das grandes corporações do agronegócio e da mineração”, diz. Entre os projetos que se alinham diretamente a esses setores e tramitam com rapidez no parlamento, destacam-se o Novo Código da Mineração, que abre a possibilidade de exploração de recursos minerais em Unidades de Conservação, e a flexibilização para compra de terras por empresas estrangeiras, que tende a dificultar ainda mais as demarcações. De acordo com Buzatto, os ruralistas têm aproveitado as “oportunidades” de debate público desses projetos para propagar país a fora um discurso de “incitação ao ódio e à violência contra os indígenas”.

Os recentes ataques aos guarani kaioiwá demonstraram que políticos patrocinados pelo agronegócio

### Como se desenrola o procedimento demarcatório?

O procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas foi instituído em 1996 pelo decreto 1.775. Lá estão previstas todas as etapas do processo, que se inicia na Funai, com a contratação do antropólogo, que elabora o relatório com os dados que embasam a reivindicação de que uma determinada terra é tradicionalmente habitada por um ou mais povos indígenas. A esse trabalho, realizado por meio de visitas ao território, levantamento bibliográfico, entrevistas, dentre outros, quase sempre se soma o levantamento fundiário. Tudo isso gera o relatório circunstanciado, que traz as informações sobre os limites de demarcação da terra indígena e deve ser assinado pelo presidente da Funai. A partir daí, é estabelecida uma série de prazos para dar celeridade e publicidade ao processo. O órgão tem 15 dias para publicar o relatório no Diário Oficial e as pessoas que se sintam lesadas de alguma forma pela demarcação devem se manifestar em até 90 dias. Encerrado esse prazo, a Funai deve encaminhar o relatório ao ministro da Justiça em até 60 dias que, por sua vez, precisa decidir em um mês se precisa de mais informações ou os elementos do relatório já bastam e, neste caso, ele aprova ou rejeita a proposta de demarcação. Caso a resposta seja afirmativa, é publicada uma portaria declaratória que determina a demarcação da terra indígena. Sem prazo estabelecido, a última etapa do processo é a publicação do decreto de homologação pelo presidente da República. A partir daí o imóvel é registrado na Secretaria de Patrimônio da União e no cartório da comarca onde se localiza a área.

não temem se expor em situações comprometedoras. Pouco antes do ataque, o Sindicato de Produtores Rurais de Antonio João promoveu uma reunião que contou com a presença dos deputados federais Luiz Henrique Mandetta (DEM) e Tereza Cristina (PSB), além do senador Waldemir Moka (PMDB). No momento da ação, Mandetta teria publicado em uma rede social que “na fronteira a chapa é quente”, apagando depois a mensagem, conforme denunciaram entidades ligadas à causa indígena em nota pública. Já a Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul tomou uma atitude diante da multiplicação de investidas armadas contra as comunidades indígenas: instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), mas contra o Cimi. A iniciativa da deputada Mara Caseiro (PTdoB) demonstra a força da bancada ruralista no estado.

## Retrocessos no Judiciário

“Todo mundo está de olho no Legislativo, no Executivo, e o Judiciário está escondido. Tem muita terra judicializada, terra que espera décadas para o Supremo dar uma resposta. Isso também é uma violência contra os povos indígenas”, observa Lindomar Terena, da coordenação nacional da Apib. A Terra Indígena (TI) Nanderú Marangatú é um exemplo disso. A homologação por decreto em 2005 foi suspensa pelo STF. Desde então, se desenrola uma batalha em que liminares de reintegração de posse são aceitas e suspensas, mas nenhuma conclusão aparece no horizonte. “Vivemos hoje a judicialização dos processos de demarcação. Essas terras estão sendo contestadas no Brasil inteiro. No Mato Grosso do Sul há aproximadamente 900 processos em andamento em alguma instância do Judiciário”, diz o assessor jurídico do Cimi, Adelar Cupsinski. “Há um grande desconhecimento por parte do Judiciário do que foi a ruptura operada pela Constituição de 1988 no que diz respeito à concepção plural de sociedade, modos de vida e categorias jurídicas”, afirma Deborah Duprat, para quem as decisões quase sempre partem de uma “perspectiva hegemônica do que é posse, do que está em disputa, quais os atributos de propriedade sem reconhecer que há outro lado que trabalha com outras categorias e percepções”.

Um divisor de águas foi o julgamento da TI Raposa Serra do Sol, localizada no norte de Roraima. A decisão gera polêmicas e diferentes interpretações até hoje e parece ser a base para o anulamento cada vez mais frequente de portarias e decretos do Executivo. Raposa foi delimitada pela primeira vez em 1998. Ao longo dos anos, muitos fazendeiros foram se instalando no interior da TI e as comunidades indígenas foram sendo “ilhadas” em porções desse território. Isso provocou a revisão dos limites em 2005, quando o Executivo decidiu pela demarcação contínua, ou seja, que os não índios deveriam ser indenizados pelas benfeitorias e sair. Um fazendeiro questionou e a decisão foi parar no Supremo, que validou a tese do Executivo após julgamento realizado em 2009. Contudo, elementos do voto do relator do processo, o ex-ministro Carlos Ayres Britto, e o julgamento em 2013 dos embargos de declaração – último recurso possível de uma decisão do STF – nublam ainda mais o já conturbado cenário demarcatório do país.

O primeiro desses elementos é conhecido como marco temporal. Em seu voto, Ayres Britto entendeu que a Constituição Federal “trabalhou com data certa” – 5 de outubro de 1988 –, que estabeleceria um “marco objetivo que reflete o propósito constitucional de colocar uma pá de cal nas intermináveis discussões sobre qualquer outra referência temporal de ocupação de área indígena”. Há duas interpretações contrastantes sobre o sentido do marco temporal. Uma delas, que contempla o lado dos proprietários rurais, entende que para ter direito a um território, as comunidades indígenas precisariam estar fisicamente nele em 5 de outubro. Pelo lado dos indigenistas, prevalece a visão de que o marco temporal precisa ser contextualizado em relação a outras partes do voto e não visto como um fim em si mesmo. Isso porque “se não estavam na ter-

ra em 5 de outubro é porque foram expulsos”, argumenta Adelar. Nesse sentido, o conceito de posse apresentado no voto serviria para relativizar a objetividade do marco temporal. “Ele fala de uma posse que não é só a física, porque para os indígenas estar numa terra tem o sentido anímico, mesmo porque a forma de ocupação é diferente, há áreas sagradas, que não podem ser habitadas”, explica Cupsinski. Deborah Duprat esclarece que o voto trabalha com o conceito de “ocupação” que não implica a exigência de uma construção indígena no local, mas entende que “pequenos atos de resistência, estratégias para se fazer presente naquele território, como o ingresso para caça e pesca” se aplicam para determinar a tradicionalidade de uma área.

Ainda durante o julgamento, o ex-ministro Carlos Alberto Menezes Direito apresentou um voto que influenciou bastante a corte e se transformou nas polêmicas “19 condicionantes” de Raposa. Na avaliação de Deborah Duprat, junto com o marco temporal, elas fizeram da decisão “um péssimo precedente para a questão indígena no Brasil” ao estabelecer, por exemplo, que as Forças Armadas e a Polícia Federal possam atuar em território indígena sem consultar previamente a comunidade – como determina a Constituição e a Convenção 169 da OIT –, e principalmente, ao proibir que uma terra indígena já demarcada seja ampliada. Na época, o Ministério Público caracterizou as condicionantes como aleatórias e criticou a Corte por extrapolar suas funções, já que regras desse tipo deveriam partir do Legislativo e não de um julgamento do STF.

Por fim, Raposa se tornou um verdadeiro ‘cisma’ jurídico. A dúvida era: a decisão vale para casos semelhantes? A resposta foi negativa, “mas nem tanto”. Isso porque apesar de Raposa não ter se transformado em súmula vinculante, ou seja, não precisar ser seguida pelo judiciário e pelo poder público, segundo Deborah Duprat, ela vale como precedente, criou jurisprudência.



Intimidação: produtores rurais colocaram cruzes na estrada para protestar contra demarcação da TI Araçáí

Jackson Sant'ana

Ñanderú Marangatú. O processo foi finalizado pelo Executivo em 2005 e há dez anos está paralisado por decisão do STF”, respondeu por e-mail. Buzatto lembra que as decisões judiciais não impedem que o Executivo “dê seguimento àquilo que é de sua responsabilidade”. “O que não pode é o governo jogar a responsabilidade no colo do Judiciário para tentar legitimar sua posição política de não prosseguir com os procedimentos de demarcação”, critica.

Hoje, existem 32 processos encaminhados pela Funai que aguardam decisão do Ministério da Justiça e da Casa Civil. E pelas contas da Apib, são mais de 300 pedidos de demarcação parados na Funai sem nenhuma providência. “O MJ está promovendo a análise técnica dos processos encaminhados pela Funai, de modo que a edição de portaria declaratória não seja invalidada pela Justiça. Vale ressaltar, nesse sentido, que a penúltima terra indígena declarada pelo ministro da Justiça (Jaraçuá), em maio de 2015, apesar de todo o cuidado levado a efeito pelo Executivo, já foi alvo de três liminares que suspenderam os efeitos da portaria declaratória. Essa situação, se replicada às demais áreas, não garantirá a efetivação dos direitos constitucionais dos indígenas à terra”, afirmou Chiarelli.

## Medidas

Após os últimos ataques no Mato Grosso do Sul, o ministro José Eduardo Cardozo anunciou duas medidas, consideradas insuficientes pelas fontes ouvidas pela reportagem. Em 10 de setembro, criou um Grupo de Trabalho que, no prazo de três meses, deve apresentar um relatório. Segundo Flávio Chiarelli, o grupo não pretende aproveitar estudos já realizados pela Funai. “A ideia é analisar o contexto geral, não um caso específico”. Também não foi estabelecido um cronograma de trabalho, pois segundo o assessor, será uma agenda “dinâmica” de acordo com a disponibilidade dos participantes. Também foram criadas cinco

dência e é isso que, desde então, tem levado diversos tribunais a ampliar para outras terras indígenas seus efeitos. O Cimi tem opinião diversa. “O Supremo nos embargos diz que a decisão só vale para Raposa, que se trata do caso concreto e que isso não deve ser ampliado para outras TIs”, afirma Cupsinski. Por isso, o Conselho tem feito barulho contra três recentes decisões do STF.

Em 2014, a 2ª turma do STF anulou atos administrativos do Poder Executivo, de demarcação das terras Guyraroká, dos guarani kaiowá, e Limão Verde, do povo terena, ambas no Mato Grosso do Sul, e Porquinhos, dos canela-apâniekra, no Maranhão. Segundo a Corte, esses territórios não seriam tradicionalmente ocupados por indígenas. O caso mais sério, na opinião de Adelar Cupsinski, é Limão Verde. “A TI foi homologada e registrada em cartório, os índios receberam através de oficial de justiça a posse e os não índios já foram indenizados. De 27 fazendeiros, somente um entrou com ação. O Supremo optou pelo que se chama de uma decisão além do pedido, um fazendeiro pode pedir para a sua parcela e não para as 26 restantes, e mesmo assim o STF disse que a terra não é tradicional no todo”, diz. “Para piorar, os índios não foram citados e ouvidos. Isso fez com que os documentos que mostravam a posse e a tradicionalidade da terra não fossem anexados ao processo”. As decisões estão sendo contestadas pelo movimento indígena, pelo Ministério Público e também pela União.

## Paralisação e morosidade no Executivo

A judicialização dos atos administrativos que sustentam o processo demarcatório é hoje o principal argumento do Executivo contra as acusações de “morosidade” e “paralisia”. Pesa sobre o governo Dilma Rousseff a menor média anual de homologações do período democrático. São 2,7 decretos publicados por ano, contra dez de Lula, 18 de Fernando Henrique, nove de Itamar Franco, 56 de Collor e 13 de Sarney. Em 2013, por exemplo, não houve uma homologação sequer. “Antes, o governo dizia que não dava para prosseguir com alguns processos porque decisões judiciais impediam o procedimento. É legítimo o Executivo não se contrapor a decisões já tomadas. Mas hoje o governo faz mais do que isso. Não prossegue porque supõe que o Judiciário vá caçar sua decisão. Ou seja, o governo está se antecipando a uma ação que pode vir a acontecer”, afirma Cleber Buzatto.

O assessor especial do ministro da Justiça para a questão indígena, Flávio Chiarelli, rebate: “Os procedimentos não serão supostamente contestados na Justiça; eles já estão sendo e a maioria das áreas conta com decisões judiciais que paralisam ou anulam o procedimento. Vide

mesas de negociação, referentes aos territórios Cachoeirinha, Taunay Ipégué, Arroio Korá, Potrero Guaçu e Nanderú Marangatú. “As mesas consistem em reuniões com os diretamente afetados pelas demarcações e com as comunidades indígenas interessadas”, informa Chiarelli, que esclarece que os critérios de escolha levam em consideração “o tempo dos procedimentos e não só o grau de conflito, mas a possibilidade real de solução da questão”.

O movimento indígena aponta que essa resposta do Ministério da Justiça se repete após cada conflito que ganha mais espaço na mídia, mas sempre com resultados inócuos. “No nosso entendimento, esses grupos de trabalho e essas mesas de diálogo instaladas pelo governo federal são apenas uma forma de protelar. É uma farsa para dizer que está se tentando resolver, buscar alternativas. As informações todo mundo já tem, todo mundo já sabe. O certo seria pegar a demanda da terra demarcada e assinar as portarias, assinar o decreto, isso sim resolveria o problema. Mas isso não acontece porque há uma decisão do governo federal de não demarcar terra indígena. Isso é fato, já está mais do que claro e comprovado. Eles estão cedendo à pressão dos setores econômicos, dos produtores, do agronegócio, dos latifundiários, dos fazendeiros. Está clara a aliança forte entre o poder político e o poder econômico”, critica Sônia.

## Retomadas

Em agosto de 2014, José Francisco Santos, da etnia tupinambá, foi morto numa emboscada no município de Ilhabela, Bahia, na área conhecida como Serrinha. Em abril, não muito longe dali, Chicó Tupinambá havia sido vítima de um ataque cometido de madrugada contra sua aldeia. Morreu dormindo, perfurado por mais de 20 tiros. O que liga esses crimes a todos os outros descritos nessa reportagem é a opção política pela retomada de territórios tradicionais. “A retomada é o último recurso do índio quando não tem mais o que fazer. Há um ‘esboçamento’ do poder governamental de levar a questão indígena aos extremos para ver se [nos] desestimula a cobrar nossos direitos. É um processo monstruoso que leva toda a sociedade envolvente a ficar com ódio das comunidades indígenas. O governo faz de uma forma que as pessoas odeiem quem luta por direitos”, lamenta Babau Tupinambá, cacique da Serra do Padeiro, uma das várias aldeias que integram a Terra Indígena Tupinambá de Olivença. Com processo demarcatório iniciado em 2004 e concluído em 2009 pela Funai, a declaração da TI aguarda decisão do ministro da Justiça, que segundo os últimos dados da Funai, só recebeu o relatório em maio de 2014.

Não por acaso. Em fevereiro daquele ano, “prevenir o agravamento do conflito” entre fazendeiros e indígenas justificou uma medida extrema da presidente Dilma Rousseff, que decretou Estado de Exceção. A escalada das tensões, no entanto, foi resultado da opção por ‘resolver’ a contenda pela via da militarização. Em janeiro, depois de cumprir reintegração de posse em uma fazenda localizada na Serra do Padeiro, a Polícia Federal e a Força Nacional montaram uma base no interior do território tradicional, o que resultou em diversos relatos de violações contra os indígenas. De 2004 até agora, foram 75 assassinatos entre os tupinambás. Segundo babau, os relatos são os mesmos: chegam homens encapuzados à noite, matam e incendiam as casas. “São realmente grupos de extermínio que atuam para intimidar a luta do povo. O que chama atenção é que a Polícia Federal não quer investigar. Num raio de 23 quilômetros, foram 18 pessoas assassinadas em quatro meses. Teoricamente seria fácil rastrear quem são os assassinos. Mas a polícia nunca convocou ninguém daquela região nem para depor. Só mandou buscar os cadáveres e pronto. É a omissão do Estado generalizada. Não querem prender os assassinos e querem deixar os índios como culpados da sua própria morte por terem feito retomada”, critica.

“O povo cansa. Todo mundo já está no limite do diálogo, da espera, de tudo. Daí a decisão da retomada. O lema é: se vamos morrer pela falta da terra, é preferível morrer lutando por ela”, diz Sônia Guajajara. Ela explica que por trás dessa deliberação, há um sentimento disseminado de que “os órgãos públicos só enxergam quando há uma situação a ser resolvida”. Ao lado da vigília permanente em Brasília, com revezamento de delegações prontas a protestar no Congresso, na Esplanada ou em frente à sede do Supremo, as retomadas são vistas como estratégias locais de mobilização. “Se muitos povos hoje estão na terra, foi conquista da retomada. Se esse é o meio para se conseguir, é isso que os povos decidiram fazer”.

Além de Brasília, o movimento indígena tem denunciado à comunidade internacional as graves violações aos direitos cometidas pelo Estado com o intuito de expor o governo brasileiro, acusado de vender lá fora uma imagem falsa. Em setembro, também lançaram a campanha pedindo o boicote aos produtos do agronegócio do Mato Grosso do Sul, onde “21 milhões cabeças de gado ocupam 20 milhões de hectares, enquanto os 46 mil Guarani Kaiowá se espremem em 35 mil hectares”. A mensagem é clara: um boi vale mais do que uma vida. Perguntado sobre como tem ânimo diante de tantas ameaças simultâneas, Lindomar Terena, da Apib, deu o seguinte recado: “A gente não vai parar. Historicamente nunca houve um momento em que se pudesse dizer ‘está maravilhoso para os povos indígenas’. Sempre foi difícil e não será diferente daqui para frente. É claro que hoje temos a perspectiva de um grande retrocesso. Mas a gente acredita que os povos indígenas já resistiram por cinco séculos, e continuarão resistindo por mais cinco. A tentativa de que no ano 2000 não existisse mais povos indígenas no Brasil fracassou. Foi um engano. Está aí a população indígena com 305 povos, 274 línguas diferentes e nós vamos continuar lutando”. ●

Veja a reportagem ampliada no site [www.epsjv.fiocruz.br](http://www.epsjv.fiocruz.br)



## Por dentro (e por trás) do ajuste fiscal

Entenda os  
mecanismos do  
processo que está  
cortando recursos  
das políticas sociais e  
retirando direitos dos  
trabalhadores

Cátia Guimarães

Imagine uma família que gasta mais do que tem. Ela se endivida, começa a ter dificuldades e, em algum momento, vai precisar cortar despesas... Bem, se fosse para começar desse jeito, com a mesma comparação repetida diariamente nos jornais e canais de TV para justificar – e naturalizar – as medidas do ajuste fiscal, esta reportagem nem precisaria ser feita. Então, simplesmente esqueça tudo isso: o Estado não é uma família e a economia doméstica, que você usa de vez em quando para equilibrar as contas da casa, não funciona do mesmo jeito que a macroeconomia. “O bordão da direita de que ‘o Estado deve, da mesma forma que uma família, só gastar o que arrecada’, é absolutamente ridículo. O Estado é uma instituição, por várias razões, de natureza completamente distinta da família e, mesmo assim, as próprias famílias também não gastam apenas o que ganham”, explica Luiz Filgueiras, professor titular da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Assim, adjetivos como ‘irresponsável’ e ‘perdulário’ não resolvem a complexidade que a análise das contas públicas requer. Para quem pensa com a cabeça da administração doméstica pode parecer estranho, mas o fato é que nem todas as correntes da economia consideram o déficit público um sinal de dificuldades. “Na teoria keynesiana, o déficit público não é necessariamente um problema, pois ele pode ser fruto de uma política fiscal e monetária anticíclica, de incentivo à produção e ao emprego, que permitirá, no momento seguinte, a cobertura desse déficit em razão do crescimento econômico e da maior arrecadação de impostos e, portanto, do aumento da receita do governo”, explica Filgueiras, distinguindo essa concepção daquela que sustenta a teoria econômica ortodoxa, que está conduzindo as medidas do ajuste no Brasil (sobre teorias econômicas, ver pág. 31). Neste exato momento, a disputa entre essas duas vertentes tem orientado o debate em torno do ajuste fiscal. Mas, de acordo com o professor da UFBA, o problema é que, nos dois casos, o ajuste é tratado como um “remédio” para o déficit que, por sua vez, é reconhecido como uma “doença” passageira. Ele contesta: “Na verdade, o ajuste

fiscal se tornou uma política permanente do capital financeiro e da direita. A dívida pública passou a ser o instrumento fundamental de valorização do capital financeiro rentista, que vive da apropriação de uma parte crescente dos impostos cobrados da população em geral”.

### Para começar: traduzindo o economês

Para entender esse processo e as divergências de análise sobre o ajuste, é preciso primeiro traduzir do economês algumas expressões que passaram a fazer parte do nosso cotidiano. Embora tenha consequências muito concretas para a vida da população – como o aumento do desemprego e o prejuízo de serviços de saúde e educação, que serão discutidos em outras reportagens desta série –, a principal razão apontada para a urgência de um ajuste fiscal é a necessidade de se garantir (e aumentar) algo que parece muito distante da vida das pessoas: o “superávit primário”. A explicação é simples: o orçamento federal fica superavitário quando, subtraindo-se o que o governo gastou do que o governo arrecadou, a conta fecha positiva. O ‘pulo do gato’ está no adjetivo: de acordo com Áquilas Mendes, economista e professor da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), ao classificar esse superávit como “primário”, define-se que o resultado deve ser apurado antes de entrar em cena o pagamento dos juros da dívida pública. Em outras palavras, tanto a receita quanto as despesas do Estado são separadas em dois blocos independentes. Do lado das receitas, são considerados a arrecadação de tributos, o dinheiro de privatizações e o lucro das estatais; como gastos, contabilizam-se apenas as despesas correntes, que envolvem principalmente a manutenção da estrutura estatal e as políticas sociais. Ficam de fora, portanto, exatamente as fontes e despesas financeiras: tanto os recursos que o Estado *recebe*, por exemplo, por meio de aplicações financeiras e juros das dívidas dos estados e municípios com a União, quanto o dinheiro que o governo *gasta* com o pagamento da sua própria dívida pública. A principal função dessa separação de receitas e gastos é fazer com que uma parte significativa do orçamento (a que não entra na conta do superávit) fique preservada exclusivamente para o pagamento da dívida pública. Assim, se a arrecadação do Estado cai (em função do próprio modelo de desenvolvimento ou do momento de crise) e falta dinheiro para serviços e políticas essenciais, como saúde, educação e previdência, considera-se que o país tem um déficit e simplesmente não se mexe nesse outro bolo de recursos, embora ele também componha a receita do Estado. No artigo ‘Superávit ou déficit primário: o debate rebaixado’, o economista Rodrigo D’Ávila, da Auditoria Cidadã da Dívida, exemplifica com os dados mais atuais: “Apesar de o ‘superávit primário’ do governo federal ter sido apenas R\$ 6,6 bilhões de janeiro a maio de 2015, os gastos com a dívida pública federal, no mesmo período, foram de R\$ 528 bilhões, o equivalente a nada menos que 53,44% de todas as despesas federais”. Esse montante de dinheiro, portanto, não passa nem perto da discussão sobre o financiamento das políticas sociais: vai direto para os cofres dos bancos, fundos de pensão, seguradoras e fundos de investimento, entre outros.

É assim que se consegue, por um lado, garantir que quase metade do orçamento (45,11% em 2014) seja direcionada para o pagamento de juros e amortização da dívida e, por outro, pressionar para que se reduza o ‘custo da máquina pública’, diminuindo cada vez mais apenas os gastos com políticas sociais. “Ao longo dos últimos 18 anos, não houve excesso de gastos, porque por superávit primário nós tivemos excesso de receita. Então o problema não foi o gasto público”, resume Áquilas Mendes.

Entender esse cálculo deixa claro que os gastos sociais não geram déficit, ao contrário: no contexto brasileiro atual, mesmo depois de cumpridos todos os compromissos do governo com essas políticas, sobra dinheiro. O problema é que, para os economistas que defendem o corte de gastos do Estado, essa sobra não pode diminuir – em economês, não pode ficar abaixo da “meta” estabelecida (por eles) porque, além de regular o

gasto com o social, ele gera ainda mais dinheiro – além daquele montante que ‘corre por fora’ – para o pagamento da dívida e, principalmente, serve como um indicador de confiança para os investidores estrangeiros. “O foco da esquerda deve ser o ataque à dívida pública, o questionamento de sua legitimidade e mesmo de sua utilidade para os países”, resume Filgueiras.

Na verdade, essa conta esconde a conclusão simples de que as políticas sociais – que beneficiam a maioria da população – não são o único lugar em que se pode cortar num momento de crise. E os números mostram que isso não é um mero detalhe: no ano passado, enquanto a dívida abocanhava quase metade do orçamento, entre os chamados gastos sociais o dispêndio foi bem menor: a saúde ficou com 3,9%, a educação com 3,73% e o trabalho com 3,21%. De todos, só a previdência social teve um investimento um pouco mais significativo, de 21,7%. “As despesas do Estado são compostas por gastos correntes (não financeiros) e por despesas financeiras. Dessa forma, o déficit público que porventura se estabeleça se define pelo excesso de gastos (financeiros e não financeiros) em relação às receitas. (...) a pergunta é óbvia: por que a variável de ajuste são as despesas não-financeiras? Por que o ajuste fiscal não pode ser feito nas despesas financeiras, isto é, nos gastos públicos com juros e amortizações da dívida pública?”, pergunta Marcelo Carcanholo, professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), no artigo ‘Neoliberalismo, ortodoxia e ajuste econômico: crítica da economia política brasileira’.

### “Que dívida é essa?”

Aqui entra outra metáfora recorrente em tempos de crise como a que estamos vivendo. A ideia generalizada é de que, se a dívida pública é tão alta é porque, em algum momento, os governos gastaram demais e fizeram grandes empréstimos. Pode ser um problema mas, afinal, quem pede emprestado, de fato, tem que pagar. Certo? Errado.

Mais uma vez, a comparação das transações do Estado com as dos devedores individuais não dá conta da realidade. “A primeira pergunta que todo mundo deveria fazer é: que dívida é essa?”, alerta Maria Lucia Fatorelli, coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida. E responde: “É uma dívida que nunca foi auditada, que já foi objeto de uma CPI [Comissão Parlamentar de Inquérito] na Câmara dos Deputados que demonstrou uma série de ilegalidades e ilegitimidades. Grande parcela dessa dívida pode ser simplesmente anulada”.

Não se trata, portanto, de calote, mas de conferência das contas. Fatorelli, que também participou da auditoria da dívida da Grécia recentemente, foi uma das responsáveis pela auditoria que, por meio de um estudo rigoroso, reuniu um conjunto de documentos que comprovavam a irregularidade e impropriedade de uma parte significativa das cobranças feitas pelos bancos e grandes grupos financeiros. Com o resultado do monitoramento em mãos – que comprovava que o Estado equatoriano estava pagando muito mais do que o que devia –, o presidente Rafael Corrêa fez uma oferta aos credores: resgatar os títulos, pagando apenas 30% do valor. Com isso, 70% da dívida do país foi anulada. No Brasil, o artigo 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988 estabelece que deve ser feito um “exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro”, mas os sucessivos governos simplesmente não tocam nesse assunto. “Ninguém enfrenta isso, é assustador. O senso comum é de que essa dívida é algo sagrado e de que os detentores desses títulos mandam no país”, lamenta.

Um dos argumentos para a defesa da manutenção do superávit primário é não deixar a dívida crescer. Para não se endividar mais, o país precisaria fazer sacrifícios e garantir o pagamento dos juros. É aqui que entra a afirmação do professor Luiz Filgueiras no início desta matéria sobre o problema de tratar o déficit público como uma doença e o ajuste como um remé-

dio. “A razão fundamental da fragilidade financeira do Estado é a chamada dívida pública, que só faz crescer, porque já há muito tempo se descolou e não depende, principalmente, das contas primárias do governo. Ela ganhou autonomia, tem um movimento próprio, que amplia o seu montante permanentemente e que está associado à abertura financeira, à entrada de capitais estrangeiros especulativos no país”, explica. E resume: “O ajuste fiscal não tem capacidade de resolver o problema, simplesmente porque a dívida é recriada permanentemente na relação do governo com os mercados financeiros”.

Economistas críticos ao caminho que vem sendo seguido para o ajuste fiscal apontam ainda que o crescimento da dívida é, na verdade, um efeito esperado do modelo de desenvolvimento adotado, com pequenas variações, desde o governo Fernando Henrique Cardoso, baseado no chamado “tripé macroeconômico” que, além do superávit primário, inclui também metas de inflação com manutenção de alta taxa de juros e o câmbio flutuante. Esses dois últimos elementos do tripé dizem respeito à política monetária que tem se caracterizado no Brasil como restritiva. “Eu subo a taxa de juros, o que é bom para quem vem de fora. Aqui dentro a taxa está tão alta que o empresário não pega empréstimo, o que ajuda a segurar a inflação também. E o governo reduz a emissão de moeda, também para não movimentar muito a economia”, resume Áquilas Mendes. Para reduzir a circulação de dinheiro, explica Carcanholo, o governo precisa comprar moeda no mercado monetário e ele faz isso trocando por títulos da dívida pública federal. Segundo o economista da UFF, esse mecanismo está na base da “real causa” do aumento da dívida brasileira, que subiu de R\$ 1,01 trilhão em 2004 para R\$ 2,5 trilhões em meados deste ano. “As taxas de juros não são altas porque a dívida é elevada, mas exatamente o contrário”, conclui o artigo.

Procurado pela Poli para falar sobre o ajuste e rebater as críticas, o Ministério da Fazenda não respondeu às perguntas enviadas nem retornou sobre o pedido de entrevista.

## O ajuste na vida real

Mas como todo esse mecanismo afeta a vida das pessoas concretas? Começou-se a falar mais fortemente do ajuste fiscal quando foram anunciados os cortes no orçamento federal de 2015, o que aconteceu em dois momentos complementares. Mais recentemente, em setembro, o governo apresentou um novo pacote de medidas que confirmam a opção pela redução dos gastos públicos como caminho do ajuste, gerando uma nova tesourada no total de R\$ 26 bilhões.

Mesmo antes desse pacote, no entanto, iniciativas como as Medidas Provisórias 664 e 665 (ver pág. 14), que atingem principalmente desempregados, trabalhadores afastados por doença e pensionistas, já sinalizavam um ataque aos direitos sociais em nome do ajuste fiscal. E tudo indica que ainda não acabou: sob o argumento de que é preciso fazer “mudanças estruturais”, cresce a cada dia, por exemplo, a grita de ‘analistas’ econômicos e políticos por uma reforma da previdência, justificada sempre por um déficit que simplesmente não existe, como você verá em outra matéria desta série. Além de uma mudança que dificulte ainda mais a aposentadoria, Filgueiras alerta que, na esteira do ajuste, outras potenciais contrarreformas podem estar prestes a ser implementadas: uma reforma trabalhista, que generalize a terceirização e marque o predomínio do “negociado sobre o legislado”, como já propõe o Programa de Proteção ao Emprego, que acaba de ser aprovado no Congresso; uma reforma tributária que piore ainda mais o caráter recessivo dos impostos no país; e a legalização do pagamento de mensalidade nas universidades públicas que, para alguns cursos, já foi inclusive aprovada em primeira instância na Câmara dos Deputados. “O ajuste tem, claramente, um caráter de classe: é uma escolha a favor do capital, em especial do capital financeiro, e dos mais ricos; e contra os trabalhadores, em especial seus segmentos mais fragilizados”, conclui. ●

# Alternativas ao ajuste

Redução da taxa de juros, reforma tributária e auditoria da dívida pública são algumas das principais propostas

André Antunes



Protesto contra as políticas de austeridade na Grécia

No dia 26 de outubro, um evento no Centro Cultural de Brasília marcou o lançamento, na capital federal, do documento 'Por um Brasil Justo e Democrático', iniciativa de diversos acadêmicos críticos ao ajuste fiscal implementado pelo governo. Capitaneado pela Fundação Perseu Abramo, ligada ao Partido dos Trabalhadores (PT), o documento foi lançado poucas semanas após a divulgação, na mídia, de críticas à política econômica do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, feitas por duas figuras-chave do partido: o ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva e o presidente do PT, Rui Falcão, que defenderam a necessidade de mudanças na política econômica e a eventual substituição de Levy. No entanto, em meio a rumores de que o ministro da Fazenda deixaria o cargo, a presidente Dilma Rousseff garantiu sua permanência, sinalizando que uma mudança de rumo na condução do ajuste não está nos planos do governo.

Para as entidades que subscrevem o documento, contudo, o que não falta são motivos para mudanças na política econômica. Mesmo com o aumento do desemprego e a desvalorização dos salários desde sua implantação, o ajuste não obteve os resultados esperados pelo governo: a inflação segue em trajetória de alta, a meta de superávit primário foi reduzida de 1,19% para 0,15% do PIB devido à queda na arrecadação e algumas agências internacionais de classificação de risco já rebaixaram o grau de investimento do Brasil. Para o economista Márcio Pochmann, presidente da Fundação Perseu Abramo, esses são sinais claros de que o governo errou ao implantar um ajuste de viés recessivo. "Acredito que há um erro de diagnóstico. Eles não imaginaram o efeito da recessão nas contas públicas, que terminou fazendo com que o governo não conseguisse arrecadar aquilo que imaginava. E a queda na arrecadação foi muito mais rápida do que a capacidade de cortar o gasto", avalia. Mesmo com os poucos resultados do ajuste até o momento, diz Pochmann, a linha que se mantém no governo ainda é a da defesa do corte de gastos para se equiparar com as receitas. "Só que há limites para cortar os gastos em função de uma parte significativa deles serem obrigatórios, o que tem levado inclusive parte da equipe econômica e também da oposição a defender que a saída é começar a alterar a Constituição Federal cortando direitos", critica.

Para ele, assim como para os outros entrevistados ouvidos pela Poli, há diversas alternativas que poderiam ser implementadas para sair da crise sem impor sacrifícios aos trabalhadores. Para isso, é necessário atuar em duas frentes simultaneamente: no aumento das receitas, por meio de

reformas no sistema tributário e medidas de incentivo ao crescimento econômico, e também no corte de despesas financeiras do Estado, por meio principalmente do estancamento da transferência de recursos públicos para o pagamento de juros e amortização da dívida pública, que em 2014 consumiram R\$ 978 bilhões, 45% do orçamento da União.

### Primeira medida: baixar os juros

Do lado das receitas, a avaliação é de que é preciso uma correção de rumo para tirar a economia brasileira da recessão. Como medida emergencial nesse sentido está o rebaixamento da taxa de juros. “Faz 30 meses que o país começou a elevar a taxa de juros e o que nós vemos é inflação alta. Justificar essa taxa de juros em nome de um rebaixamento da inflação não se comprova pela realidade”, critica Márcio Pochmann. Segundo ele, o aumento da taxa de juros não é uma medida de controle de inflação eficaz na conjuntura atual, em que há uma inflação de custos, que decorre do aumento dos preços administrados pelo governo (como energia, por exemplo), da desvalorização cambial e também de fatores sazonais, como a seca, que pressionam para cima os preços dos alimentos. Nesse cenário, argumenta, uma taxa de juros elevada e o corte de despesas sociais apenas aprofundam a recessão da economia, desestimulando investimentos com potencial de gerar emprego e renda.

Para o professor do Instituto de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Marcelo Carcanholo, é preciso criar as condições para que a taxa de juros seja reduzida. Como isso implicaria uma queda da rentabilidade dos títulos da dívida pública, uma primeira premissa para que isso aconteça é uma auditoria da dívida. “Vai ser preciso lidar com o passivo financeiro do Estado e aí você vai ter que enfrentá-lo, fazendo uma auditoria para primeiro saber da legitimidade dessa dívida e, segundo, para renegociar com os credores condições mais favoráveis”, explica Carcanholo. Uma segunda premissa, diz o professor da UFF, é a implementação de políticas de controle do câmbio para evitar que a redução da taxa de juros leve a uma fuga de capitais e uma consequente crise cambial. “A desvalorização do câmbio significa que os produtos que a economia brasileira precisa importar para produzir o que produz ficam mais caros, o que aumenta custos e pressiona a inflação. Por outro lado, a gente pode ter problemas para financiar nossas contas externas, cujo déficit está começando a crescer de maneira cavalgar”, aponta.

No entanto, completa Carcanholo, a adoção dessas medidas implica romper estruturalmente com a estratégia de desenvolvimento neoliberal em curso no Brasil desde a década de 1990. “Para isso seria preciso reverter todo o processo de privatização de empresas estratégicas para que voltem a fazer parte do controle nacional. Por outro lado, é preciso retroceder com o processo de liberalização financeira e de reforma trabalhista e previdenciária. E isso o governo não se propõe nem nunca se propôs a fazer”, critica. Mas e as propostas trazidas pelo documento da Fundação Perseu Abramo significam um rompimento dessa estratégia? Para o professor da UFF, não: “Ele está tentando resgatar com outra ‘perfumaria’ o que em algum momento se chamou de novo desenvolvimentismo, uma tentativa de propor uma política econômica heterodoxa, criando os pré-requisitos para a redução da taxa de juros a um patamar inferior à taxa de remuneração do capital privado para que o processo de acumulação fosse mais produtivo e menos financeiro, gerando empregos e crescimento. Essa é a visão teórica que está por trás dessa proposta”, explica, e complementa: “Só que o neoliberalismo não é igual à política econômica ortodoxa, ele tem dois sustentáculos: a estabilização macroeconômica e as reformas estruturais pró-mercado”. Para Carcanholo, portanto, o documento capitaneado pela Fundação Perseu Abramo não rompe com essas

duas premissas. A proposta não questiona, por exemplo, a legitimidade da dívida pública – não há nenhuma menção à necessidade de uma auditoria – e propõe maneiras mais “flexíveis” de promover a estabilização macroeconômica, sem, no entanto, pôe em xeque a lógica por trás dela. Segundo o professor da UFF, a opção é por uma política de conciliação de classes. “Acontece que em economia dependente você só pode fazer isso quando tem recursos. Entre 2002 e 2007, a economia brasileira teve recursos por conta do cenário externo favorável. Só que acabou esse cenário e por isso é impossível fazer política de conciliação de classes. E se é impossível, o governo que está capitaneando isso é obrigado a optar entre as classes que estavam sendo conciliadas. Me parece que a opção do governo é bem clara”, diz.

### Injustiça tributária

As críticas ao ajuste fiscal também enfatizam a necessidade de ampliação da capacidade de arrecadação do Estado brasileiro por meio de uma reforma tributária. Você provavelmente já ouviu alguém reclamando que no Brasil se paga muito imposto, que a carga tributária é muito elevada, etc. Essa é uma queixa comum principalmente entre os empresários brasileiros. Alguns deles, reunidos na Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), inclusive iniciaram uma campanha recentemente para angariar assinaturas contra propostas de aumento de tributos chamada ‘Não vou pagar o pato: diga não ao aumento de impostos’. O que a Fiesp não fala é que, no sistema tributário brasileiro, na verdade quem “paga o pato” não são os empresários, e sim os trabalhadores assalariados, principalmente os de baixa renda, sobre quem recai o grosso dos tributos no Brasil. Isso porque a estrutura tributária brasileira conta com um peso muito elevado de impostos indiretos, que recaem principalmente sobre o consumo. De acordo com dados

do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), quem ganha até dois salários mínimos despende 53,9% do que ganha com impostos, enquanto que para quem ganha mais de 30 salários mínimos esse índice cai para 29%. O documento 'Por um Brasil justo e democrático' destaca que, em 2014, a carga tributária brasileira foi de 33,4% do Produto Interno Bruto (PIB), sendo que apenas 8,1% foram de impostos sobre a renda e a propriedade, bem abaixo da média encontrada nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que é de 13% do PIB.

Não é à toa que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, como aponta o estudo 'O topo da distribuição de renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares 2006-2012', publicado pelos professores da Universidade de Brasília (UnB) Marcelo Medeiros, Pedro H. G. Ferreira de Souza e Fábio Ávila de Castro. A pesquisa mostra que os 5% mais ricos da população brasileira concentram 44% da renda total. Conforme proposta de reforma tributária elaborada pelo Sindicato dos Economistas de São Paulo, para reverter esse quadro é preciso aumentar a tributação sobre a renda e sobre o patrimônio. A proposta destaca que a alíquota máxima do Imposto de Renda de pessoas físicas no Brasil, de 27,5%, é baixa, mesmo se comparada com países da América Latina como Chile (40%), Argentina (35%) e México (30%). Além disso, a alíquota máxima incide sobre uma faixa de renda relativamente baixa, a partir de R\$ 4.664,68. A proposta do sindicato isenta do Imposto de Renda os trabalhadores com renda de até um salário mínimo do Dieese (R\$ 3.240 em setembro de 2015), com alíquotas de 8% a partir desse patamar, chegando ao máximo de 40%. "Temos um modelo tributário totalmente aleijado", critica Maria Lúcia Fattorelli, coordenadora da Auditoria

Cidadã da Dívida. "No Brasil, quanto mais pobre, mais se paga imposto proporcionalmente, porque quanto mais pobre mais se destina o que ganha para o consumo", completa. Segundo ela, contribuem para esse quadro distorções como as isenções que são dadas para a distribuição de lucros e dividendos pagos aos sócios e acionistas das empresas e para a remessa de lucros ao exterior. "O empresário que tem um grande negócio no Brasil e lucra milhões, além de não pagar imposto de renda, ainda manda milhões para fora do país sem pagar imposto. Agora o assalariado que ganha R\$ 2 mil já está pagando imposto de renda. É um modelo desenhado para concentrar riqueza e renda na mão de muito poucos", alerta. Como se não bastasse, o Brasil ainda é o segundo no ranking de países onde mais se sonega impostos no mundo, perdendo apenas para a Rússia. Segundo o Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz), em 2013 a sonegação de impostos no Brasil superou R\$ 415 bilhões, cerca de 10% do PIB. Isso é mais do que os orçamentos de 2014 para a Saúde, Educação e Desenvolvimento Social somados. "A sonegação fiscal no Brasil não é crime: ao ser identificado um sonegador basta que ele pague a multa e não há penalidade alguma", assinala Márcio Pochmann. E tudo isso sem falar nos impostos dos quais o Estado abre mão todos os anos por meio de políticas de renúncia fiscal. Segundo estudo do professor da UnB Evilásio Salvador, só no ano passado foram R\$ 263 bilhões de recursos que deixaram de chegar aos cofres públicos, número que inclui desde as desonerações sobre a folha de pagamentos concedidas ao setor privado até a dedução do imposto de renda de gastos com planos de saúde, por exemplo.

Entre outros aspectos da injustiça tributária no Brasil, que refletem na baixa participação da tributação sobre o patrimônio, estão a não regulamentação do Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) e a baixa tributação sobre heranças que vige no país. O IGF é o único imposto previsto na Constituição Federal que não foi regulamentado, apesar dos inúmeros projetos nesse sentido apresentados ao Congresso. O mais recente foi apresentado em maio deste ano pelo senador Paulo Paim (PT-RS) e, desde então, encontra-se na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. O projeto, no entanto, é bastante tímido, propondo taxar apenas os contribuintes com patrimônio superior a R\$ 50 milhões, com uma alíquota de 1%. Ainda assim, a matéria é controversa. Tanto que há uma Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) apresentada pelo governador do Maranhão Flávio Dino (PCdoB) no Supremo Tribunal Federal contra o Congresso Nacional pela demora em regulamentar o imposto. Já o imposto sobre heranças, também previsto na Constituição, como uma competência dos estados, foi alvo de uma resolução do Senado que impôs um teto de 8% para essa tributação. Hoje, os estados da federação tributam o patrimônio herdado em média em 4%, número bastante inferior a países como Chile (13%), Estados Unidos (29%) e França (32,5%).

### **A quem serve o ajuste?**

Que a economia brasileira está em crise, não há dúvidas: o Banco Central projeta uma retração do PIB de 2,8% em 2015, e os números apontam um aumento nas taxas de desemprego e uma queda no rendimento médio dos trabalhadores. Mas mesmo em meio a esse cenário preocupante há quem tenha o que comemorar: os bancos. No primeiro semestre de 2015, os cinco maiores bancos tiveram lucros de R\$ 33,6 bilhões, um crescimento de 17,9% em relação ao mesmo período de 2014. "Estamos em processo de desindustrialização já há alguns anos, o comércio em queda, desemprego, o PIB encolhendo, como é que o lucro dos bancos está subindo? É evidente que está havendo uma transferência

de recurso público para esse setor financeiro privado. E a engrenagem que faz essa transferência é a dívida pública”, diz Maria Lúcia Fattorelli. Como afirma o economista Luiz Filgueiras, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), não poderia ser diferente, uma vez que a própria lógica por trás do ajuste fiscal é preservar a riqueza financeira por meio da manutenção de um superávit primário para o pagamento da dívida. “Na verdade”, diz o professor, “o ajuste fiscal tornou-se uma política permanente do capital financeiro e da direita. Com a mundialização do capital financeiro, todos os países do mundo passaram a ser uma espécie de plataforma de acumulação para esse capital. Daí a necessidade permanente de obtenção de superávit fiscal primário, para que possa ser transferido para o pagamento da dívida pública, que cresce mesmo com o pagamento de seus juros. Ela não é para ser paga e nunca será paga”, explica.

Exemplo disso atualmente é o caso da Grécia, que desde 2010 sofre os efeitos das medidas de austeridade impostas pela Troika (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional), que, segundo Maria Lucia Fattorelli – que esteve no país para participar de uma comissão que auditou a dívida grega – são idênticas às do ajuste fiscal brasileiro. Em cinco anos, diz ela, o PIB encolheu 22%, o orçamento diminuiu 40 bilhões de euros, 60% dos jovens estão desempregados e no resto da população a média do desemprego é de 30%. “Várias famílias foram morar na rua e vivem do lixo. Chegaram ao fundo do poço”, relata Maria Lúcia. “Ao mesmo tempo em que o FMI mandou cortar drasticamente salários, pensões, serviços públicos, etc, mandou destinar dinheiro para construir, com dinheiro público, dois fundos privados: um para salvar os bancos e outro pra privatizar portos, aeroportos, infraestrutura, empresas estatais, suprimento de água, enfim, tudo”, completa. Ela

explica que as privatizações são incentivadas como uma forma de “fechar a conta” na hora da crise. “No Brasil é a mesma coisa, só não tem site das privatizações. Nós já entregamos o poço de Libra, que foi privatizado por R\$ 15,5 bilhões. Ele valia mais de R\$ 1 trilhão segundo o Sindicato dos Petroleiros”, exemplifica.

É por essa razão que, como aponta Marcelo Carcanholo, o discurso oficial sobre a necessidade de corte de despesas que norteia o ajuste fiscal se restringe aos gastos não-financeiros do Estado, ou seja, os recursos destinados para a educação, saúde, etc, sem mencionar os gastos financeiros com o serviço da dívida pública. “Isso explicita justamente o compromisso político que existe no argumento convencional, de que as despesas financeiras são intocáveis, com o argumento pseudotécnico de que é para gerar confiança nos mercados para que continuem rolando a dívida pública”, diz Carcanholo. Segundo Fattorelli, grande parte da dívida, que já supera R\$ 3 trilhões, poderia ser simplesmente anulada. Ela cita o exemplo das operações de *swap* cambial, operação utilizada atualmente pelo Banco Central para evitar a alta do dólar e controlar a inflação. “O que o Banco Central fez? Assinou contratos principalmente com bancos e grandes empresas importadoras e exportadoras, até estrangeiras, garantindo que se o dólar subisse ele pagaria a diferença”. Resultado? A medida não funcionou, o dólar subiu e o Banco Central teve um prejuízo de R\$ 120 bilhões com essas operações este ano. “Como ele paga esse prejuízo? Pede para o Tesouro Nacional emitir títulos e entrega esses títulos da dívida, que rendem os maiores juros do mundo, para os bancos. Eu te pergunto: o que o Brasil ganhou com essas operações de *swap*? Zero. Só que gerou dívida sem ter entrado dinheiro algum. A partir do momento em que gera dívida, mês que vem já tem juro em cima, e juro sobre juro todo mês. Se fizer uma auditoria dessa dívida e tirar o que é ilegal, inconstitucional e o que nem dívida é, vai sobrar muito pouco”, defende Maria Lúcia.

### Acúmulo de forças

Uma alternativa ao ajuste fiscal, portanto, para Luiz Filgueiras, passa necessariamente pela adoção de medidas que permitam uma redução do crescimento da dívida pública, como a redução da taxa de juros e do superávit primário. “Mas essa política alternativa, para ser implementada, exigiria que o governo Dilma construísse outro tipo de governabilidade, que não se restringisse ao parlamento e trouxesse para a cena política os movimentos sociais organizados”, diz. Marcelo Carcanholo, no entanto, acredita que as chances disso acontecer são nulas. “Isso significa ferir interesses de quem está no bloco de poder do governo”, lamenta. Na conjuntura atual, afirma Carcanholo, a saída para a esquerda é acumular forças para se opor a um ajuste que coloque a conta da crise nas costas dos trabalhadores, mesmo que num primeiro momento isso signifique defender propostas como as do documento ‘Por um Brasil mais justo e democrático’, ainda que elas não tragam uma perspectiva mais radical de rompimento com a estratégia de desenvolvimento. “Essa é a diferença entre tática e estratégia. Uma maneira de acumular forças e criar consciência para uma transformação revolucionária é implementando reformas radicais”, diz. E ilustra: “Para colocar de maneira mais clara: se me passarem uma petição para assinar em prol de uma política econômica heterodoxa, contra uma política econômica ortodoxa, eu assino. Se me passarem uma segunda petição, para mudar a estratégia de desenvolvimento rompendo com a estratégia neoliberal de desenvolvimento, eu também assino. Mas não quero ficar só na segunda petição, quero assinar uma terceira”. ●

# Desajuste na conta do trabalhador

Ao mesmo tempo em que desemprego aumenta no país, ajuste fiscal limita acesso a benefícios trabalhistas e reduz investimento público. O resultado dessa equação, segundo especialistas ouvidos pela Poli, é mais desequilíbrio e recessão

Raquel Júnia

**S**e você que nos lê ainda continua empregado com carteira assinada, não teve seu salário reduzido e não viu colegas sendo demitidos nos últimos meses, provavelmente não trabalha na indústria, no comércio ou na construção civil. Se você conseguiu um trabalho formal recentemente, as suas chances de escolha pelo novo emprego devem ter sido maiores se você não mora na grande São Paulo ou na grande Belo Horizonte. Acertamos? O mérito não é de nenhum potencial de adivinhação, mas da leitura dos dados mais recentes do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – o Caged – do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). As informações não são para se comemorar: só em setembro, mais de 95 mil postos de trabalho foram fechados no país e nos últimos 12 meses, 1,2 milhão de trabalhadores perderem seus empregos. Que o país tem projeção de crescimento negativo e está colocando em prática um ajuste fiscal que, entre outras medidas, retira dinheiro de áreas como saúde e educação, você já sabe. E para o trabalho, que consequências têm essas medidas?

Até 2014, o mercado de trabalho, apesar de não estar tão aquecido como em outros anos, mantinha um saldo positivo entre contratações e demissões. Mas desde janeiro deste ano, com exceção do mês de março, esta conta está negativa. Os dados de setembro indicam o sexto mês consecutivo em que há perda de postos de trabalho. Em todas as áreas, inclusive no setor de serviços – que em agosto tinha mantido um saldo positivo entre demissões e contratações –, preva-



Marcelo Camargo/Agência Brasil

leceram as demissões. O professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) João Sicsú explica que o que tem feito o mercado fechar postos de trabalho é a própria estagnação da economia provocada também pela falta de investimentos do Estado. “A causa é a falta de crescimento econômico. E isso está intimamente relacionado com a política econômica do governo e com o plano de mudanças estruturais que atingem diretamente benefícios sociais. O governo está deixando de fazer investimentos públicos”, afirma.

O professor explica que quando cada ministério do governo gasta, isso se traduz em desempenho favorável para a economia. “A gente precisa ver os gastos do governo como algo extremamente positivo porque além de gerar um impacto social positivo imediato, também tem impactos econômicos de geração de emprego e renda. Por exemplo, quando um hospital compra um determinado medicamento ou equipamento, alguém do outro lado participou da produção destes produtos, e, portanto, foram gerados emprego e renda para essas pessoas. Quando o governo corta, do outro lado ele gera desempregados, perda de salário e agora, dificuldade de acessar o seguro desemprego”, detalha.

Os dados confirmam as análises. Vamos pegar como exemplo o setor de serviços, no qual houve a maior redução de postos de trabalho em setembro: menos 33 mil empregos. Segundo o próprio Ministério do Trabalho, a queda foi puxada pelo desempenho negativo de seis ramos, entre eles, o mais significativo é o de comércio e administração de imóveis, que, por sua vez, pode estar refletindo os efeitos da crise no setor da construção civil. Nos últimos anos, a construção civil aumentou os postos de trabalho principalmente graças ao Programa Minha Casa, Minha Vida. E no pacote de ajuste fiscal, o programa sofreu um corte de R\$ 4,8 bilhões no orçamento de 2016.

## Crise também para o setor produtivo?

Como você já leu na primeira reportagem desta série, o governo segue mantendo uma das políticas de juros mais altas do mundo com a justificativa de segurar a inflação. Outra medida colocada em prática com a mesma justificativa é a valorização cambial. O coordenador de atendimento técnico-sindical do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) Airton dos Santos explica que essas políticas têm reflexos na atual perda de postos de trabalho, sobretudo na indústria. “O consumo cresceu no país quando havia ganhos reais de salário e desemprego baixo, mas cresceu deslocando a produção nacional. Entraram muitos produtos importados da China e de outros países. A indústria nacional estava perdendo competitividade por causa de duas coisas – juros altos e câmbio valorizado –, o que resultou nesse processo de desindustrialização pelo qual estamos passando agora, com queda expressiva na participação da indústria no PIB, principalmente da indústria de transformação”.

A indústria de transformação, segundo dados da Caged, fechou quase 50 mil postos de trabalho em agosto e mais de 10 mil em setembro. O segundo pior desempenho é o da construção civil, com o fechamento de mais de 28 mil vagas em setembro. Airton lembra que o atual cenário político, marcado pelas investigações na Petrobras e grandes empreiteiras, também influencia muito nas perspectivas de emprego. “Não sabemos como a operação Lava-Jato vai ser resolvida, porque essas empresas são grandes, são elas que fazem as obras. A Petrobras, que é de longe a empresa que mais puxa o investimento do país, com repercussões em vários setores da economia, também está com um problema muito sério e isso prejudica os investimentos”, aponta.

Para ele, a previsão de crescimento negativo para o ano que vem, conforme preveem as consultorias privadas, ou mesmo o crescimento pequeno de 0,2% projetado pelo governo, não jogam a favor de uma melhoria no mercado de trabalho. “Se as expectativas dos capitalistas são muito ruins, eles vão reduzir investimentos. E reduzindo investimentos não tem emprego. Aumento de salário muito menos”, sentencia.

Um reflexo deste quadro, segundo o Dieese, é que as convenções e os acordos coletivos de trabalho estão sendo fechados em patamares muito inferiores aos de 2014. No estudo ‘Vinte motivos para a manutenção de ganhos reais dos salários’, a entidade aponta que menos de 70% das negociações no primeiro semestre deste ano conquistaram ganhos reais. Pior: cerca de 15% das categorias não conseguiram sequer repor a perda salarial ocorrida nos 12 meses anteriores. E os trabalhadores que conseguiram ajustes acima da inflação tiveram em média 1% de ganho real. Segundo a instituição, desde 2004, este é o pior desempenho das negociações.

Mas, se por um lado existem de fato dificuldades em alguns setores da economia, o Dieese argumenta também que as empresas têm dimensionado os impactos da crise para cima. O mesmo estudo aponta que muitos setores estão reduzindo as folhas de pagamento em percentuais maiores do que seria proporcional à queda nas vendas. E, além disso, não são todos os setores que estão em crise. Além do setor financeiro – cujos lucros do Banco do Brasil, Itaú, Unibanco, Bradesco e Santander juntos alcançaram R\$ 14,7 bilhões no primeiro trimestre deste ano –, outros setores também continuam ganhando. Para fundamentar essa afirmação, o Dieese recorre a dados divulgados pela consultoria Economática, que apontam que no segundo trimestre de 2015, 321 empresas de capital aberto acumularam lucro de R\$ 41,9 bilhões, o que representa uma alta de quase 15% em relação ao mesmo período de 2014. Além dos bancos, entre os setores mais lucrativos estão mineração, alimentos e bebidas, energia elétrica, telecomunicações e seguradoras. “Apesar de todo o alarido da crise, os dados da Economática mostram ainda que, das 60 empresas que vendem ações na Bolsa de Valores de São Paulo, 33 tiveram aumento

de lucratividade, 27 tiveram queda do lucro (mas tiveram lucro) e apenas cinco registraram prejuízo no 2º trimestre, na comparação com 2014”, destaca o estudo.

## Trabalho frágil

Entre 2003 e 2013, ao contrário do que se verifica agora, o país viveu uma expansão do mercado de trabalho, com a geração de mais de 20 milhões de empregos formais, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho e Emprego. O desemprego no país desceu até a casa dos 4% em 2010, nível considerado baixo pelos economistas.

O professor de sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Ricardo Antunes, pondera, entretanto, que as demissões que ocorrem neste momento também devem ser explicadas pela fragilidade com que o mercado de trabalho foi ampliado no país nos últimos anos. “Esses empregos estão desmoronando no momento em que o esgotamento desse projeto se deu. A classe trabalhadora acreditou no comprar e financiar e está completamente endividada. Os juros estão altíssimos e a produção, especialmente a industrial, está estancada. Quando Dilma ganhou as eleições no ano passado, ela já tinha claro que teria que fazer uma reestruturação assumindo a postura dos grandes bancos, do FMI e das instituições de avaliação. Tudo isso fez com que a presidente implementasse um ajuste profundo, cuja penalização maior se deu uma vez mais nos ombros da classe trabalhadora”, aponta.

Entre os pesos que os trabalhadores terão que administrar a partir de agora está a dificuldade maior de acessar o seguro-desemprego. A medida provisória 664, transformada na lei 13.134, altera as regras de acesso ao benefício e foi sancionada pela presidente Dilma em junho deste ano. Anunciada como parte do pacote do ajuste fiscal, a nova lei muda para 12 meses o prazo de carência para que o trabalhador acesse o seguro-desemprego.

Antes, quem trabalhava seis meses com carteira assinada já poderia recorrer ao benefício. Agora, quando for solicitar o seguro-desemprego pela segunda vez, é necessário que tenha estado empregado durante os nove meses anteriores ao pedido. Já quando requisier o benefício pela terceira vez, são exigidos seis meses contínuos de trabalho. O governo mexeu também nas regras para acesso ao seguro-desemprego, pago aos pescadores nos meses em que eles não podem exercer a atividade devido ao período de reprodução dos peixes. Agora, para ter acesso ao benefício, o pescador artesanal deve ter o registro obtido no Ministério da Pesca por no mínimo um ano. Além disso, não será mais possível receber o seguro-desemprego concomitantemente ao Bolsa Família.

O economista João Sicsú acrescenta que modificar essas regras neste momento de grande vulnerabilidade para os trabalhadores, além de impactar a renda das famílias diretamente, não atinge o equilíbrio fiscal, objetivo anunciado do governo. “Todo pagamento de seguro-desemprego, abono salarial ou benefício da Previdência é feito para quem tem renda baixa, e essas pessoas recebem esse dinheiro e vão diretamente gastar no mercado. Então quem recebe isso ajuda muito a ativar a economia. Cortar esse tipo de gasto ajuda a equilibrar o orçamento? Não, gera desemprego e queda da arrecadação”, critica.

### Pés de barro

Para entender por que os empregos gerados no país nos últimos anos são frágeis, é preciso analisar também sob que modelo de desenvolvimento estes novos postos de trabalho foram criados. Ricardo Antunes explica que, por um lado, a geração de empregos foi significativa e ampliou o mercado formal, já que nas gestões do PSDB, a informalidade atingiu 60% da classe trabalhadora. Mas, por outro, a maior parte dos novos postos de trabalho foram gerados com média salarial baixa – 1,5 salário mínimo – e no setor de serviços, onde existe uma alta rotatividade e desrespeito à legislação trabalhista.

O professor situa esta forma de geração de empregos dentro de um projeto de desenvolvimento que oscila entre o neoliberalismo e o social liberalismo. “O PT foi generoso em relação à indústria automobilística, durante muitos anos diminuindo a sua tributação, o mesmo com a produção industrial de linha branca e a construção civil. Foi um governo quase porta-voz do agronegócio. Tudo isso fez com que esse crescimento tivesse uma aparência de sustentável, mas foi em cima pés de barro, a hora que a água começou a bater, ele começou a desmoronar”, analisa.

Os dados da Receita Federal confirmam que as isenções de tributos dados pelo governo ao empresariado, mais significativamente a partir de 2011, representaram volumosa perda de arrecadação. Em 2012, a renúncia foi de mais de R\$ 44 bilhões; em 2013, de mais de R\$ 73 bilhões; e em 2014, a perda ultrapassou R\$ 100 bilhões. As desonerações foram concedidas em áreas diversas, como automóveis, eletrodomésticos, equipamentos de informática, e produtos como trigo. Estas medidas, associadas também a outro tipo de desoneração – a da folha de pagamentos –, estão entre os motivos que, segundo os pesquisadores ouvidos pela reportagem, levaram à atual situação de desequilíbrio nas finanças públicas. Além disso, ao contrário do que seria a justificativa do governo para essas políticas, não houve ampliação de postos de trabalho. “Não se verificou nunca em lugar nenhum aumento de emprego a partir de desonerações. Empresários contratam trabalhadores quando têm perspectiva de crescimento do seu negócio. Se o empresário está olhando para frente e está vendo o seu negócio minguar, o governo pode abaixar o imposto que quiser, o empresário vai dizer ‘ótimo!’ e vai transformar essa redução em lucro. Então, não há nenhuma relação entre desoneração e emprego, o que há é entre crescimento e emprego. Se quer gerar emprego tem que estimular crescimento, não desonerar empresário”, questiona Sicsú.

Já o Secretário Geral da Central Única dos Trabalhadores (CUT) de São Paulo e membro da Direção Nacional da entidade, João Cayres, defen-

de as medidas adotadas: “A política do governo não foi errada. O governo esperava que os empresários fossem colaborar com o país. Mas é um empresariado que só quer saber de ampliar seus lucros”, analisa.

Os dados da Receita relativos à desoneração da folha de pagamentos mostram uma renúncia fiscal de R\$ 3,6 bilhões em 2012. Em 2013, o governo deixou de arrecadar mais de R\$ 12 bilhões e em 2014, mais de R\$ 23 bilhões. Entre as medidas do ajuste fiscal, a presidente Dilma já sancionou a lei que reduz esses índices. O governo justificou a alteração como uma necessidade de equilibrar o orçamento da Previdência Social. Agora, com a nova lei, o empresariado volta a pagar mais, o que, segundo projeções oficiais, trará uma arrecadação de cerca de R\$ 10 bilhões. Sicsú comenta que embora

Antes de 2011, os empresários pagavam ao INSS 20% sobre a folha de pagamentos. O governo mudou a base de cálculo para a receita bruta das empresas e permitiu que a contribuição fosse de 1,5% e 2,5% sobre o faturamento, dependendo do setor. Posteriormente, estes mesmos índices foram rebaixados para 1% e 2%. No ano passado, o governo anunciou que 56 setores da economia passariam a ter desoneração permanente. Agora, com a nova lei, os setores que pagavam uma alíquota de 1% sobre o faturamento, terão que pagar 2,5%, já aqueles que pagavam 2%, terão a contribuição aumentada para 4,5%, com exceção de algumas áreas, entre elas os setores de *call center* e de transportes rodoviários, ferroviários e metroviários de passageiros, que tiveram a alíquota aumentada de 2% para 3% e empresas jornalísticas, de rádio e TV, que contribuíam com 1% e passarão a contribuir com 1,5%.

a medida seja positiva, o impacto continua muito pequeno diante das opções do governo. “É uma pena que o governo vá transformar esses recursos em pagamento de juros, portanto, não vai ter resultado algum. Na verdade, o que deveria ter sido feito há muito tempo é não ter desonerado e ter transformado esses recursos em gastos para gerar benefícios sociais, emprego e renda. O governo está pagando R\$ 484 bilhões de juros nos últimos 12 meses. Esse valor é quase o orçamento da Previdência Social no Brasil”.

A crítica ao direcionamento dos recursos públicos é endossada pelo membro da Executiva Nacional da Central Sindical e Popular CSP-Conlutas, Paulo Barela. “Os recursos que são economizados através dos ajustes fiscais das políticas de austeridade são canalizados para o pagamento da dívida pública, que vai alimentar o lucro dos banqueiros e agiotas internacionais. Evidentemente, ao aplicar este tipo de plano, quem vai pagar a conta é a classe trabalhadora, porque perde direitos históricos”, ressalta. Barela complementa ainda que a perspectiva não é de solução da crise, já que o cenário internacional não aponta para o equilíbrio da economia. “As taxas de PIB, por exemplo, da China, que hoje é o motor da economia mundial, seguem num traçado descendente. A maioria dos povos da Europa vive em recessão. É um cenário que só aponta uma saída para o povo pobre e para a classe trabalhadora: se organizar e fazer lutas para tentar reverter esse processo”, reforça.

## Preservar o emprego

A Conlutas está convocando a sua base para manifestações em vários estados contra o ajuste fiscal. Segundo a central, trabalhadores de diversas áreas não têm aceitado as demissões e têm feito pressão nas empresas para a manutenção dos postos de trabalho, em alguns casos, com greves e paralisações. A central defende a realização de uma greve geral no país para evitar que os trabalhadores sejam ainda mais penalizados pela crise econômica.

A CUT tem apostado no recém-criado Programa de Proteção ao Emprego (PPE) para tentar manter os postos de trabalho. O programa, editado inicialmente por meio de uma Medida Provisória, já foi aprovado na Câmara e no Senado e, até o fechamento desta reportagem, aguardava sanção presidencial. De acordo com o PPE, governo, empresas e trabalhadores acordam a redução da jornada de trabalho e de salários em até 30%. Através do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o governo paga aos empregados que aceitarem o acordo até 50% do valor que eles deixam de receber, tendo como limite a quantia de R\$ 900, que corresponde a 65% do teto do seguro-desemprego. Em contrapartida, as empresas não podem demitir os trabalhadores sem justa causa pelo período em que durar o acordo acrescido de mais um terço. Por exemplo, se o acordo de adesão ao Programa é feito com duração de um ano, os trabalhadores abrangidos devem ter estabilidade por até 18 meses. Pelo texto aprovado na Câmara, a duração total do acordo não pode ser maior do que 24 meses e as empresas devem comprovar situação de dificuldades financeiras. “Nós conseguimos negociar com o governo este plano. Porque aí o trabalhador consegue pelo menos a estabilidade. Isso dificulta as demissões e ajuda momentaneamente. Manter as pessoas empregadas não aumenta o ciclo vicioso da crise”, defende João Cayres, da CUT.

Mas Ricardo Antunes pondera que, ainda que para os trabalhadores a manutenção do emprego seja um imperativo diante da crise, o programa beneficia, acima de tudo, o setor produtivo. “Esta medida atende prevalentemente o empresariado industrial automotivo que puxou essa coisa pela frente. É uma pressão da alta burguesia industrial que quer dizer para o Estado ‘quando crescemos foi por nossos méritos, agora que tem crise por culpa do Estado, o Estado tem que ser copartícipe da crise’. Tem sido muito comum ver um trabalhador falando que para ele é melhor reduzir salário e jornada do que desemprego, e eu compreendo isso. Mas é mui-

to importante que ele perceba que essa redução de salário dificilmente vai ser recuperada depois”, pontua.

De acordo com a CUT, a Central apresentou ao governo no último congresso nacional da entidade, realizado em outubro – e que contou, inclusive, com a presença da presidente Dilma na abertura –, uma proposta de mudança nos rumos da economia que passa pelo retorno da política de desenvolvimento, com a manutenção de investimentos, por meio do PAC, por exemplo.

Para Barela, da Conlutas, a falta de independência em relação ao governo de centrais importantes no país, como a CUT, está atrapalhando a organização dos trabalhadores e contribuindo para o quadro geral no qual os mais pobres acabam pagando a conta da crise. Ricardo Antunes também ressalta que o momento exige mobilização. “Só são preservados empregos quando sindicatos fazem paralisação como têm feito. Foi o caso do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e dos Metalúrgicos de São Bernardo, mesmo este, que é ultramoderado, está respondendo com greve. Os dados do Dieese mostram que entre 2002 e 2012, as greves cresceram muito e os dados de 2013 e 2014, que já estão sendo contabilizados, também confirmam isso”.

O professor chama atenção também para outra situação grave que, apesar de não fazer parte do pacote do ajuste fiscal, representa uma grande ameaça ao conjunto dos trabalhadores: o projeto de lei que regulamenta a terceirização no país, que já foi aprovado na Câmara e aguarda apreciação no Senado. “Mais virulenta do que as medidas para redução do seguro-desemprego e abono salarial e todas as outras, é a terceirização total, é permitir que todas as atividades econômicas, públicas e privadas, possam ser terceirizadas. Aí é o reino da selva e é isso que o empresariado quer”, alerta Antunes.

Procurado pela Poli, o Ministério do Trabalho e Emprego não teve disponibilidade para conceder entrevista. ●

# Sobrou para o SUS...

Segundo maior corte no orçamento federal e medidas como a aprovação do orçamento impositivo e a renovação da DRU colocam a área da saúde como uma das mais afetadas pelo ajuste fiscal

Cátia Guimarães



Levy apresenta o pacote do ajuste fiscal na Câmara dos Deputados

Uma pesquisa realizada em setembro deste ano por encomenda do Conselho Federal de Medicina mostrou que na opinião da maioria dos brasileiros – 43% – a saúde deve ser a prioridade do governo federal. Quase no mesmo momento em que esses resultados estavam sendo divulgados, o governo mostrou uma ‘prioridade às avessas’: foi exatamente sobre o Ministério da Saúde que recaiu a segunda maior tesourada do ajuste fiscal. Assim, em descompasso com a demanda das ruas, só em 2015 o governo cortou R\$ 11,7 bilhões de um orçamento que há tempos vem sendo denunciado por profissionais e movimentos sociais da área como incapaz de suprir as necessidades de saúde da população. Talvez os usuários do SUS ainda não tenham sentido os efeitos, já que a maioria dos serviços utilizados são administrados pelos estados e, principalmente, pelos municípios. Mas quem acompanha de perto o financiamento do sistema aposta que a diminuição de oferta e mesmo a interrupção de serviços é só uma questão de tempo. E pouco tempo.

## Descentralização da conta

O Ministério da Saúde garante que o corte não vai atingir esses gastos. “O contingenciamento não recaiu nas despesas obrigatórias, que representam R\$ 76,4 bilhões e se referem, principalmente, aos repasses efetuados pelo Ministério da Saúde aos estados e municípios para o desenvolvimento e fortalecimento de ações de saúde, como atendimentos, exames, internações e também custeio de serviços estratégicos, como os programas PAB Fixo, Saúde da Família, aquisição de imunobiológicos, medicamentos, etc”, diz, em nota enviada à Poli. “Não é verdade”, afirma Áquilas Mendes, economista e professor da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP). Ele explica que, já em 2014, mesmo antes do anúncio das medidas caracterizadas como parte do pacote de ajuste fiscal, as contas da União com os estados e municípios não fecharam. De acordo com cálculos feitos pelo economista Francisco Funcia, que é consultor técnico do Conselho Nacional de Saúde, ao todo, o governo federal ficou ‘devendo’ R\$ 3,8 bilhões do repasse para estados e municípios, prejudicando principalmente os serviços de média e alta complexidade, que envolvem diversos tipos de cirurgia e exames, assistência aos pacientes com câncer, atendimento traumatológico, procedimentos como diálise e consulta médica em atenção especializada, entre muitos outros. Esse dinheiro só chegou aos fundos estaduais e municipais três meses depois, em março, já utilizando o orçamento deste ano. E as contas de Funcia – detalhadas num artigo publicado no site Domingueira – mostram que esse problema só tende a

crescer: segundo as estimativas, no final de 2015 deverá acontecer um novo atraso, dessa vez da ordem de R\$ 5,9 bilhões, o que vai sufocar ainda mais estados e municípios e comprometer o orçamento de 2016, gerando uma verdadeira bola de neve.

Tomando como base o valor anunciado pelo Executivo na Proposta Orçamentária Anual para 2016 – que não é definitiva porque ainda está tramitando no Congresso –, os cálculos de Funcia apontam que no final do ano que vem chegará a R\$ 16 bilhões o que ele chama de “insuficiência”, ou seja o dinheiro que o governo federal vai ficar ‘devendo’ aos estados e municípios. “É um efeito em cascata. Em 2015 não vai ser possível manter o padrão dos gastos de 2014, vai continuar o atraso. Em 2016 vai faltar mais ainda. Vamos ter uma estagnação dos recursos para a atenção básica, onde já havia insuficiência. A [Estratégia de] Saúde da Família, na verdade, precisa aumentar o valor dos incentivos, mas não tem recursos. Então o município vai parar porque 30% do Saúde da Família é de transferência federal, e ele precisa desse percentual. A situação é que vai-se começar a cortar, inclusive no Saúde da Família”, aposta Águilas, lembrando que, no âmbito do próprio governo federal, já foi anunciado o fim, por exemplo, do Programa Farmácia Popular, que não terá nenhum recurso em 2016.

### **Mas pode piorar...**

E o ano de 2015 trouxe uma novidade que pode piorar ainda mais esse cenário. Isso porque, em março, foi aprovada pelo Congresso e sancionada pela Presidente da República a Emenda Constitucional 86, que instituiu o chamado orçamento impositivo. A mudança tornou mandatória a execução das emendas parlamentares, que passam a ser computadas nos gastos obrigatórios de saúde. De acordo com os cálculos de Francisco Funcia, os recursos federais não serão suficientes para cobrir essas emendas – que, para o orçamento de 2016, totalizaram pouco mais de R\$ 9 bilhões, sendo mais da metade para a área da saúde. Mas como, exatamente num ano de ajuste fiscal, o cumprimento delas se tornou obrigatório, o mais provável é que se retirem recursos de outros gastos da saúde. A diferença principal é que essas emendas instituem ações de saúde isoladas, fragmentadas e muitas vezes focalizadas, como a compra de ambulâncias e realização de obras em unidades de saúde – ações que, embora pareçam melhorias, não necessariamente respondem às demandas de saúde locais. As emendas parlamentares são um mecanismo previsto na Constituição para que deputados e senadores possam incluir propostas individuais no projeto de Lei Orçamentária que é enviado pelo Executivo, com a clara função política de permitir que eles realizem ‘benefícios’ nos seus locais de origem e, com isso, ganhem pontos com a sua base eleitoral.

Mas como o ajuste fiscal não pode ser entendido apenas como corte de orçamento, seu impacto sobre os serviços de saúde que são oferecidos nos municípios e estados pode ser muito maior. Isso porque, como você leu nas reportagens desta revista que tratam dos aspectos mais gerais da crise, o governo federal optou por um modelo de ajuste que freia o consumo para conter a inflação. É como no Brasil os impostos e contribuições taxam mais o consumo e o trabalho do que a renda ou a riqueza, em momentos de recessão como esse que o ajuste fiscal está produzindo, a arrecadação cai. Mas o que isso tem a ver com a saúde? É que, constitucionalmente, estados e municípios são obrigados a gastar com saúde, respectivamente, 12% e 15% da receita adquirida por meio de impostos e transferências constitucionais e legais. No caso dos estados, o orçamento depende de três impostos: ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) e ITCMD (Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis

e Doação). O que gera maior arrecadação é o ICMS e tanto ele quanto o IPVA tendem a cair num momento em que as pessoas compram menos. O mesmo acontece nos municípios, principalmente por conta do ISS (Imposto sobre Serviços).

Desde a aprovação da Emenda Constitucional do orçamento impositivo, a participação da União no financiamento da saúde está vinculada à Receita Corrente Líquida. E, como Funcia lembra no seu artigo, isso significa que uma provável queda de arrecadação nos tributos federais – como o Imposto de Renda e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) – também vai impactar os recursos com os quais estados e municípios mantêm as ações e serviços de saúde para a população.

### **O antes do ajuste: medidas estruturais**

Nesse ponto a discussão sobre o ajuste fiscal se confunde com o debate mais geral sobre financiamento da saúde e o papel da União na repartição dos custos. Isso porque, na verdade, o ajuste não se limita ao pacote de medidas anunciadas pelo governo em setembro, mas inclui também ações estruturais que estão sendo pautadas ou que já estão em curso. A aprovação da EC 86, em março deste ano, é um exemplo disso.

Durante muitos anos, profissionais e militantes do SUS lutaram para criar uma lei que especificasse o percentual que cada ente federado deveria investir no SUS, ampliando a participação do governo federal. A aprovação dessa lei (nº 141, que regulamenta a EC 29), em 2012, no entanto, foi uma derrota, porque o texto aprovado pelo Congresso não alterou o cálculo dos recursos a serem aplicados pela União. Para reagir a isso, foi organizado o movimento ‘Saúde + 10’, que se concretizou num Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLP 321/2013), que estabelecia que o governo federal deveria aplicar em saúde 10% da

sua Receita Corrente Bruta – até então, esse investimento estava vinculado à variação do Produto Interno Bruto (PIB). “Esse percentual não foi definido aleatoriamente, foi baseado numa participação dos gastos da União em saúde que já existiu, lá em 1995”, explica Áquilas Mendes que, no entanto, questiona se essa era a melhor fórmula exatamente porque, em tempos de crise e ajuste como os que estamos vivendo, a Receita também tende a diminuir. O fato é que o que era ruim ficou ainda pior: este ano, a Emenda do orçamento impositivo alterou a Lei 141/2012, estabelecendo que a União deve aplicar em saúde um percentual crescente da sua Receita Corrente Líquida (que é sempre menor do que a receita bruta), começando com 13,2% em 2014 e chegando ao máximo de 15% em 2018. Para se ter uma ideia do que isso significa, 10% da Receita Corrente Bruta, que era a reivindicação do movimento sanitário para começar já, corresponde a 18,7% da Receita Corrente Líquida, muito menos do que o patamar que se vai atingir mesmo em 2018. De acordo com Áquilas Mendes, o resultado é que, em 2014, o governo federal aplicou em saúde menos do que em 2009.

O Ministério da Saúde – que se recusou a dar entrevista ou responder às perguntas enviadas pela Poli, limitando-se a enviar uma nota –, no entanto, afirma que “tem assegurado investimento crescente para a saúde pública em todo o país, cumprindo rigorosamente o que determina a Constituição”. Segundo o texto, “na última década, o desembolso em ações e serviços públicos de saúde quase triplicou, passando de R\$ 32,7 bilhões em 2004 para R\$ 92,6 bilhões em 2014”. O problema é que, com as mudanças ocorridas nos últimos anos, a Constituição tem ‘decrecido’ o gasto obrigatório da União com saúde. Além disso, segundo Áquilas Mendes, esses cálculos não são reais. “Quando diz que o orçamento triplicou, o Ministério trabalha com valores correntes. Não pode. Em 2004, com R\$ 100 você fazia compras para um mês. Em 2014, não dá nem para uma semana”, compara, mostrando que o governo não está levando em conta a inflação. Ele destaca ainda que o governo sempre parte de 2003 ou 2004 para traçar esse histórico de investimento crescente quando, em comparação com os anos anteriores, o investimento caiu já em 2003.

### Faltam recursos?

Na mesma nota, o Ministério da Saúde reconhece que “os recursos não são suficientes para garantir a sustentabilidade do sistema público de saúde, de forma permanente, amparado nos princípios da universalidade, integralidade e equidade”. Por isso, diz, “o Ministério defende o debate junto com toda a sociedade para viabilizar novas fontes de financiamento para a saúde”. Gastão Wagner, sanitarista e presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), analisa: “Eu acho que o mais grave, do ponto de vista político, de valores, é que o ajuste vem com a ideia de que a responsabilidade do desequilíbrio fiscal e orçamentário é das políticas sociais, como saúde, educação e aposentadoria. E quando algum governante admite que o SUS pode precisar de mais recursos, fala que isso só [é possível] com uma nova fonte”.

Embora não nomeie, a “nova fonte” defendida pelo governo federal é a retomada da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), que existiu entre 1997 e 2007 especificamente para financiar a saúde. Mas, tal como não se pode tratar o ajuste fiscal e os cortes orçamentários como resposta natural à crise, não é consenso que a carência de investimentos na saúde pública se justifique pela falta de recursos.

Primeiro é preciso esclarecer os dados que costumam ser utilizados para tratar do financiamento da saúde. É comum se ler nos jornais que o Brasil investe 8% do PIB em saúde, o que nos colocaria num bom patamar, já que essa é a média de gasto dos países com sistema universal (em que todos, indistintamente, têm direito a qualquer ação de saúde).

O que se costuma esquecer de dizer é que, desse total, somando o investimento de União, estados e municípios, apenas 3,9% do PIB

O governo tentou incluir no pacote do ajuste fiscal a recriação da CPMF, um tributo destinado especificamente ao financiamento da saúde e extinto em 2007. Parte do movimento sanitário aplaudiu, vendo aí um caminho para minimizar as perdas do orçamento do SUS. O presidente da Abrasco, Gastão Wagner, por exemplo, aposta que a proteção das políticas sociais em relação ao ajuste passa primeiro por ações mais estruturais – como o fim das desonerações –, mas defende a CPMF por se tratar de um imposto progressivo, que, recai principalmente sobre o grande capital financeiro. “Eu acho que é uma coisa boa, não deveria ter sido tirada”, diz. Como medida a ser tomada neste momento, no entanto, a CPMF não é consenso. Áquilas Mendes, que defendeu essa contribuição no passado, argumenta que agora o movimento sanitário deveria estar defendendo a tributação apenas das grandes movimentações financeiras, equivalente a uma CPMF para os ricos. “Num quadro de ajuste, você acha que o trabalhador, do jeito que está sendo lesado, vai defender uma coisa que vai lesá-lo mais ainda?”, questiona. Sem base parlamentar para aprovar a recriação no Congresso, recentemente, o governo cedeu e já aceita repartir parte da arrecadação com estados e municípios, além de propor que os recursos sejam destinados para a previdência. “Não vai para a saúde. E também não vai para a previdência. A CPMF vai entrar, a DRU [Desvinculação de Receita da União] vai continuar e vai retirar o recurso para fazer continuar crescendo o superávit primário para o capital privado”, conclui Áquilas.

vai para a saúde pública; os outros 4,2% referem-se às despesas privadas de saúde que acontecem no país, incluindo gasto com consultas, planos de saúde e medicamentos.

Na mesma Constituição Federal que criou o SUS, definindo saúde como direito de todos e dever do Estado, os recursos desse setor foram vinculados ao orçamento da seguridade social – que inclui também previdência e assistência social. Aqui, aliás, entra em cena um outro mito, muito alardeado nos jornais especialmente neste momento de ajuste: o de que a previdência brasileira é deficitária e, por isso, é urgente uma reforma que diminua os gastos. Vamos aos números: contabilizadas todas as fontes de receita, o orçamento da seguridade social totalizou R\$ 686 bilhões em 2014; somadas, as despesas com saúde, previdência e assistência chegaram a pouco mais de R\$ 632 bilhões. O resultado dessa simples conta de subtrair é que toda a seguridade social teve um superávit de R\$ 53,89 bilhões. Por que falta dinheiro, então? Porque, desde 1994, uma mudança constitucional que vem sendo constantemente atualizada instituiu o que hoje se chama Desvinculação de Receitas da União (DRU), um mecanismo que permite que o governo federal desvie 20% desse orçamento para outras despesas. Em 2014, isso significou a retirada de mais de R\$ 63 bilhões – e, assim, como num passe de mágica, um saldo de mais de R\$ 50 bi se transformou num déficit de quase R\$ 10 bilhões.

Na Proposta de Emenda Constitucional que fez a última renovação da DRU, em 2011, a justificativa dada pelo governo era de que “a estrutura orçamentária e fiscal brasileira possui elevado volume de despesas obrigatórias, como as relativas a pessoal e a benefícios previdenciários” e que isso “reduz o volume de recursos orçamentários livres que seriam essenciais para implementar projetos governamentais prioritários, e prejudica a poupança para promover a redução da dívida pública”. Portanto, os recursos para saúde, previdência e assistência social existem. O problema é que eles são deslocados para outro lugar – e não por qualquer obrigação legal, mas por uma opção dos governos que, conforme fica claro no texto, elegem outras prioridades de políticas, além do pagamento de uma dívida que, como mostra a matéria de abertura desta série especial, só faz crescer em vez de diminuir. Dados sistematizados pelo economista Áquilas Mendes mostram, por exemplo, que enquanto o investimento em saúde ficou estagnado na média de 1,7% do PIB desde 1995 – tendo atingido o máximo de 1,8% em 2009 e 2012 –, o gasto com os juros da dívida teve grande flutuação, chegando a 9,3% em 2003 e fechando 2014 em 5,6% do PIB. De acordo com ele, desde a sua implantação, a DRU provocou a perda de R\$ 704,2 bilhões de recursos originários da seguridade social.

Como parte das medidas consideradas estruturantes do ajuste fiscal, já está tramitando no Congresso a PEC 87/2015, que além de renovar a DRU até 2023, aumenta de 20% para 30% o limite da desvinculação. “Eu defendo que não tem que gastar mais do que tem, só tem que rever o padrão de gasto público. Está-se investindo para os mais ricos, com a justificativa de que isso aceleraria o crescimento econômico, e isso não tem ocorrido”, diz Gastão. E completa: “Esse é um ponto que a gente está perdendo na discussão do ajuste. Fica no horizonte do povo que o ensino público e o SUS não podem receber mais nenhum recurso porque isso seria irresponsabilidade econômica e administrativa”.

Outra forma de ‘desvio’ de recursos do Estado que deveriam financiar a saúde pública acontece por meio da renúncia fiscal, um mecanismo em que o governo diminui ou mesmo abre mão de receber alguns impostos para incentivar um determinado ramo da economia. No caso da saúde, esse artifício tem sido amplamente usado, por exemplo, para fomentar a compra de planos de saúde ou fortalecer hospitais privados (inclusive muitos de luxo, como o Albert Einstein e o Sírio Libanês) contemplados com o selo de ‘filantrópicos’. Somadas todas as formas de desoneração da área da

saúde, tanto de pessoa física (por meio do Imposto de Renda) quanto de empresas, R\$ 18,3 bilhões deixaram de entrar nos cofres do governo federal em 2012 (últimos dados disponíveis), de acordo com estudos do pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Carlos Ocké-Reis – como se pode ver, só esse valor cobriria todo o corte de orçamento que o Ministério da Saúde sofreu, e ainda sobraria dinheiro.

Quem não acompanhou a luta pela criação de um sistema universal de saúde no Brasil e se preocupa com o ajuste fiscal na saúde de forma mais pragmática talvez ache que a estratégia de se financiar com recursos públicos uma oferta de saúde em instituições privadas pode ser um caminho interessante para dar conta das necessidades da população. Toda a experiência exitosa dos países nos quais o movimento sanitário se inspirou para defender o SUS já seria suficiente para desmistificar essa ideia de que a saúde pode ser comprada como um serviço num mercado privado. Mas nem é preciso ir tão longe: para desanimar os mais esperançosos, basta uma olhada nos resultados da pesquisa de saúde citada na abertura desta matéria. Na época, a manchete dos jornais chamava atenção principalmente para o fato de que 93% dos entrevistados estão “insatisfeitos” com a saúde e que 60% deles avaliam como ruim ou péssima a saúde no Brasil. Um olhar mais rigoroso sobre os dados, no entanto, mostra que esse percentual diminuiu para 54% quando se trata especificamente do SUS, o que, ao contrário de todo o discurso que elogia o mercado, indica uma insatisfação maior com a saúde privada. Na outra ponta, a pesquisa mostra que apenas 6% dos brasileiros classificam a saúde brasileira como boa ou excelente, um número que dobra (12%) quando a avaliação é especificamente sobre o sistema público. Não é por acaso que, entre aqueles que lutam pelo fortalecimento do SUS, soa cada vez mais alto o aviso de que ‘Saúde não é mercadoria’. ●

# Pé no freio da educação (pública)

Corte no orçamento, provável diminuição da arrecadação dos impostos que financiam a área e agravamento da crise das universidades federais são impactos diretos do ajuste fiscal na educação.

A tesoura da crise, no entanto, não foi tão severa com os programas que transferem recursos públicos para instituições privadas de ensino

Cátia Guimarães

Até 2016, o Brasil deveria universalizar a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos e ampliar o número de creches de forma a atender pelo menos 50% das que têm até três anos. No mesmo período, também deveria ser garantido que todos os jovens de 15 a 17 anos estivessem na escola. O prazo é um pouquinho mais amplo – 2017 – para que se criem planos de carreira para os profissionais da educação básica e superior de todos os sistemas de ensino do país. Esses são alguns dos compromissos estabelecidos na lei 13.005/2014, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE). Mas essas e muitas outras medidas estão ameaçadas pelo pacote do ajuste fiscal.

Os dados mostram que, até agora, os cortes orçamentários têm sido coerentes com as concepções que o governo federal defendeu durante a tramitação do PNE no Congresso. Na época, contrariando as deliberações da 1ª Conferência Nacional de Educação (Conae) e a maior parte das entidades e movimentos sociais da área, o governo conseguiu que o Plano reconhecesse as instituições privadas como executoras de uma parte dos compromissos assumidos. As metas que tratam da ampliação de vagas para educação profissional e superior, por exemplo, estabelecem que uma parte das matrículas (50% e 40% respectivamente) precisa se dar em instituições públicas, o que abre a porteira para que todo o resto seja oferecido por meio de programas como o Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), Prouni (Programa Universidade para Todos) e Fies (Fundo de Financiamento Estudantil), em que recursos públicos pagam pela oferta de educação privada. Não por acaso, a tesoura do ajuste não atingiu esses programas na mesma proporção que as instituições públicas. Vamos aos números.

Em 2015, o Ministério da Educação (MEC) sofreu o terceiro maior corte do orçamento federal – atrás apenas das pastas das Cidades e da Saúde –, perdendo um total de R\$ 10,5 bilhões. Nas suas notas e textos oficiais, o Andes, Sindicato Nacional dos Docentes, acrescenta a essa conta uma perda de R\$ 1,76 bilhão, resultado do contingenciamento que, durante os três primeiros meses deste ano, limitou a verba das instituições federais de ensino a 1/18 do orçamento. Já do lado dos programas que transferem recursos públicos para entidades privadas, a crise tem sido mais generosa. De acordo com o Portal da Transparência do governo federal, R\$ 8,5 bilhões já foram gastos este ano só com o Fies, um programa de financiamento estudantil em que o governo empresta recursos a juros muito subsidiados para que os interessados façam curso superior em instituições de ensino privadas. No orçamento geral, o primeiro anúncio de corte veio em maio deste ano: a educação perderia R\$ 9,5 bilhões. Dois meses depois, numa ampliação do ajuste, uma outra fatia de R\$ 1 bilhão foi retirada da educação. Mas, exatamente no mesmo momento, o governo emitiu uma Medida Provisória – depois aprovada no Congresso – que liberava um “crédito extraordinário” de R\$ 9,8 bilhões no orçamento geral. Desses, mais da metade (R\$ 5,1 bilhões) foram para o MEC pagar despesas do Fies.

E se alguém acha que esse ciclo se encerra junto com o endurecimento do ajuste fiscal está enganado. Apesar de as novas regras de participação no Fies, instituídas para o segundo semestre deste ano, terem sido consideradas restritivas, causando uma gritaria dos empresários nas páginas dos jornais, o futuro imediato do programa é bastante promissor: na Proposta de Lei Orçamentária (PLOA) que o Executivo submeteu ao Congresso – e ainda não foi aprovada – estão previstos para o Fies, em 2016, R\$ 18,2 bilhões, o que corresponde a 18% de todo o orçamento da educação, um montante acima dos 12% previstos para a complementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), e muito maior do que os 5% previstos para manter o funcionamento das instituições de ensino federais. “Na realidade, o corte que o Ministério da Educação fez foi necessário

não para o esforço do ajuste fiscal, mas em virtude do aumento desproporcional de gastos com o setor privado mercantil”, diz Roberto Leher, reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisador da área da educação, destacando o crescimento incomparável que esses programas tiveram no último governo: de 2010 para cá, o orçamento do Fies, por exemplo, aumentou em mais de dez vezes.

A opção por preservar o setor privado da educação no ajuste fiscal fica clara principalmente na decisão do governo de excluir do pacote a medida que traria para o cofre do Estado R\$ 8 bilhões das contribuições que hoje financiam instituições como Senai, Senac e Sesc, que compõem o chamado Sistema S, ligado às Confederações Nacionais da Indústria (CNI), Comércio (CNC), Agricultura (CNA) e outras. A proposta – a única do pacote anunciado que não foi enviada ao Congresso Nacional – era redirecionar a desoneração de alguns impostos para essas contribuições, de modo que o empresariado não teria aumento de gastos e o Estado deixaria de perder arrecadação. Com a grita geral dos empresários organizados, o governo recuou. A questão é que essas instituições de ensino são privadas, mas financiadas com recursos chamados de parafiscais, que são considerados públicos porque, como resultam de contribuições compulsórias das empresas, são repassados ao consumidor como aumento de custo no preço final dos produtos. Apesar disso, boa parte dos cursos (que são de educação profissional) oferecidos por essas instituições é paga e elas ainda são beneficiárias do maior volume de recursos da bolsa-formação, a modalidade do Pronatec que mais recebe investimentos. Só em 2014, segundo o Portal da Transparência, mais de R\$ 2,5 bilhões foram repassados dos cofres públicos ao Sistema S. “Nós podemos constatar que a maior parte da conta hoje está sendo jogada nas costas das instituições públicas”, conclui Leher.



Esse poder de pressão do empresariado – tanto do Sistema S quanto das instituições privadas de ensino superior – faz com que Luiz Araújo, professor da Universidade de Brasília (UnB) e especialista em financiamento não acredite que a educação profissional tenha cortes significativos em função do ajuste fiscal. Isso porque a política em curso para essa modalidade de ensino é o Pronatec, um programa que envolve muitas iniciativas, sendo a principal delas a compra de vagas pelo governo em instituições privadas. Para 2016, o orçamento que o Executivo apresentou ao Congresso prevê R\$ 2,1 bilhões para o Programa.

Para o professor, a naturalização e intensificação dessa saída privada para as demandas de educação da população pode ser o pior legado do ajuste fiscal. “Eu diria que a coisa mais estrutural que pode afetar as políticas sociais da educação é se criar um ambiente favorável a repassar mais serviços ainda para o privado. Como é que você reduz os gastos? Retirando aquele serviço da competência do Estado. É uma medida maldosa e absurda em termos de direito, mas tem efetividade. Isso já estava começando a acontecer”, diz Araújo, lembrando que essa lógica começa a se consolidar também nos estados e municípios, com casos como o de Goiás, que está passando a gestão das escolas para Organizações Sociais (OS), e o Distrito Federal, que, segundo o professor, está entregando as novas creches construídas para serem administradas por Oscips (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público). Mostrando como essa é uma porta aberta para, inclusive, se descumprir o que está previsto no Plano Nacional de Educação, ele explica: “Você expande a rede sem expandir o gasto com pessoal. Tem gasto, mas a Oscip é uma rede privada, que não tem que cumprir o piso [salarial], não tem que fazer plano de carreira. Então você precariza as relações de trabalho, passa a gestão para o setor privado. Esse fenômeno que já estava crescendo é favorecido como alternativa num ambiente de crise”.

### Cortes invisíveis

Mas vejamos o tamanho do rombo que o ajuste deve provocar na educação pública. Tal como na saúde, os recursos que financiam as ações de educação – principalmente a educação básica, de responsabilidade maior dos estados e municípios – vêm em grande parte da arrecadação de tributos que, em períodos de recessão, tende a cair. “A principal fonte de manutenção da educação básica é o ICMS [Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços]. E uma recessão afeta diretamente essa receita. Então, o efeito financeiro maior na educação básica não é o corte no MEC. Logicamente que se você anuncia que no ano que vem o go-

verno federal não vai financiar mais creches novas, há o fato concreto de ter menos investimento, menos capital para construir. Agora, o efeito da redução do ICMS é uma bola de neve porque 60% do que se capta de recursos para formar o bolo dos estados e municípios vêm desse imposto”, alerta Luiz Araújo.

Ele explica que a redução do orçamento do MEC, apesar de ter um impacto menor do que o conjunto da obra do ajuste, também traz consequências diretas sobre os serviços de educação que atendem à população lá na ponta, em geral nos estados e municípios. É verdade que os recursos que a União precisa transferir para o Fundeb legalmente não podem ser contingenciados. Mas o montante que a União deposita no Fundo representa 10% do total da participação dos estados e municípios. “Se projeta uma arrecadação menor, e esse fundo diminui, cai proporcionalmente a complementação da União”, explica, alertando que isso afeta o “efeito redistributivo da União nos estados mais pobres”. Além disso, o corte do orçamento federal se traduz também na diminuição ou mesmo interrupção de programas realizados por estados e municípios com recursos oriundos de repasses voluntários da União. Um exemplo, de acordo com Luiz Araújo, é o Proinfância (Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escola Pública de Educação Infantil), que não deve abrir novos contratos em 2016, mantendo apenas os que estão em curso. “O ajuste só faz mal. Só que as pessoas não medem o tamanho do efeito, porque nem tudo chama muito atenção”, lamenta.

O aumento do desemprego, que já está em curso (ver pág. 14), e uma possível flexibilização dos contratos de trabalho – que tramita como proposta no Congresso Nacional –, além de afetar diretamente os trabalhadores, também têm consequências sobre a educação. Isso porque o salário-educação, uma contribuição voltada exclusivamente para o financiamento da educação básica pública, incide sobre o total das remunerações pagas pelas empresas. Assim, quando cai o emprego formal, cai também a arrecadação. “Em várias pontas da política mais macro a educação básica é vitimada”, explica o professor da UnB.

A única boa notícia – pelo menos por enquanto – é que, diferente da saúde e outras políticas sociais, o orçamento da educação não é abocanhado pela Desvinculação de Receitas da União (DRU) – uma estratégia de desvio de recursos para pagamento da dívida pública (ver pág. 7) –, que, também como medida do ajuste, deve ser prorrogada até 2023 e ter seu limite ampliado de 20% para 30% do orçamento. Isso porque, como conquista dos movimentos organizados da área, desde 2009, os recursos da educação não são atingidos pela DRU.

## Crise nas universidades

Com a educação superior, a situação não é diferente. O ano letivo de 2015 começou atrasado na maior universidade federal do país, a UFRJ, por conta de uma crise financeira que se avolumava desde o contingenciamento de cerca de R\$ 70 milhões que todas as instituições federais de ensino superior tiveram já em 2014. “A rigor, nós já tivemos uma redução real do orçamento antes mesmo do anúncio do ajuste”, diz o reitor. O estopim da crise este ano foi uma paralisação dos trabalhadores **terceirizados**, que estavam há meses sem receber o salário. “Esse é um cenário que pode se repetir no final deste ano, talvez em maiores proporções”, alerta Roberto Leher. Não por acaso, este ano as universidades federais realizaram uma das mais longas e abrangentes greves da sua história, não só reivindicando a correção dos salários mas também denunciando o abandono das instituições públicas de ensino.

O ano que não começou bem para as universidades federais pode acabar ainda pior. O orçamento de 2015 sofreu um novo corte que, segundo Leher, significa a perda de outros R\$ 70 milhões. A discrepância fica mais clara quando recorremos aos cálculos do próprio governo federal. Segundo Leher, com o contexto de crise, o MEC chamou todas as

O alto gasto com o pagamento de terceirizados é, segundo Leher, uma das causas estruturais da crise, que remete a antes do pacote reconhecido como ajuste fiscal. Isso não quer dizer que exista um excesso de trabalhadores, mas que o salário de um contingente importante de profissionais que antes era pago diretamente pelo governo federal – quando essas funções eram desempenhadas por servidores públicos – de uns anos para cá foi incorporado às despesas que a universidade deve incorporar no seu próprio orçamento, já que os terceirizados são contratados por uma empresa que, por sua vez, é contratada pela instituição. Segundo Leher, em alguns casos isso chega a representar mais da metade dos recursos disponíveis para custeio. “Na prática, o MEC se desobrigou de manter seus gastos com pessoal, transferindo essa conta para a universidade”, diz.

federais para uma reunião de apresentação de contas, reconheceu que as universidades precisariam de R\$ 1,6 bilhão para fechar o ano de 2015, mas acenou com a possibilidade de disponibilizar apenas R\$ 470 milhões. “Diante desse quadro, muitas universidades federais não vão conseguir fechar o ano sem ultrapassar três meses de dívida com os fornecedores”, diz, alertando que isso pode significar inclusive uma nova interrupção de atividades essenciais, como limpeza e segurança. “O MEC está ciente disso. Mas é necessário que ele apresente uma alternativa”, completa.

O ajuste fiscal vem agravar também a situação das universidades e Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica (IFs) que foram criados ou expandidos por meio do Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), a partir de 2007. Ainda em maio deste ano, quando aconteceu o 3º Fórum

Mundial de Educação Profissional e Tecnológica, entidades ligadas ao movimento estudantil organizaram um protesto durante a fala do então ministro Renato Janine Ribeiro, criticando os cortes no orçamento da educação e o impacto direto que eles tinham para os estudantes. Na ocasião, representantes de alunos de graduação e cursos técnicos de ensino médio denunciaram que, tanto nas universidades quanto nos IFs, a expansão quantitativa não estava sendo acompanhada pela estrutura necessária para garantir a qualidade. “O ajuste atinge em cheio a consolidação [do Reuni]”, diz Leher, explicando que 2012 foi o último ano em que o programa teve previsão orçamentária, ainda que insuficiente. “Existe risco real de retrocessos em conquistas importantes da sociedade brasileira, como a expansão de matrículas”, completa.

Mas nem só de orçamento se alimenta a crise da educação em tempos de ajuste. Uma das medidas do pacote anunciado pela equipe econômica do governo, que aparentemente diz respeito só à previdência, atinge em cheio as instituições públicas federais, inclusive as universidades. Trata-se do fim do abono-permanência, um dispositivo que permite que os servidores públicos federais que já têm idade para se aposentar, ao optarem por continuar na ativa, não descontem mais do salário os 11% de contribuição previdenciária. A expectativa é que, com o fim do abono – que incentivava o atraso da aposentadoria – um grande contingente de servidores deixem as instituições públicas. Para completar, outra medida do mesmo pacote suspende a realização de concursos públicos em 2016. “Somente na UFRJ, nós temos aproximadamente 2 mil servidores que estão recebendo abono-permanência. Entre estes, aproximadamente 700 são professores. Perdem-se os mais qualificados, com maior experiência. Com o governo extinguindo esse abono, certamente muitos servidores vão perceber que a sua dedicação à instituição não está sendo apoiada e retribuída pela política governamental”, lamenta Leher, concluindo: “Isso vai significar uma descontinuidade geracional na universidade semelhante à que aconteceu no período Fernando Henrique Cardoso por conta da Reforma da Previdência”.

## Alternativas?

Uma reforma tributária que invertesse o caráter regressivo dos impostos – já que hoje, proporcionalmente, os pobres pagam mais do que os ricos – é apontada por todos os críticos do ajuste fiscal ouvidos pela Poli como uma das medidas mais importantes de serem propostas. E

### Autonomia?

A Câmara dos Deputados acabou de aprovar o texto-base de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC 395-B) que permite às universidades públicas cobrarem mensalidade por cursos de extensão, pós-graduação lato sensu e mestrado profissional. Com isso, quebra-se o princípio da gratuidade do ensino nas instituições públicas, previsto no artigo 206 da Constituição Federal. A “sustentabilidade” e a possibilidade de “financiamento diretos” desses cursos são mencionados no parecer do relator, Cleber Verde (PRB-MA) como vantagens da autorização formal para cobrança de mensalidade. Em nota pública, o reitor da UFRJ, Roberto Leher, conclamou os parlamentares a reverter suas posições. “A aprovação da PEC enterra o princípio republicano da igualdade de todos na rede pública, visto que, com sua aprovação, terão prioridade no acesso à educação pública os clientes que podem pagar pelo que deveria ser um direito universal. A PEC transformará a educação em um serviço, deixando de ser um dever do Estado”, diz a nota. O texto aprovado precisa ser votado ainda em segundo turno na Câmara para depois ser encaminhado ao Senado.

uma reforma como essa poderia gerar mudanças que trouxessem impactos diretos sobre a estrutura do financiamento da educação. “É importante que haja um redimensionamento dos impostos e um subdimensionamento das contribuições”, defende Leher. Isso porque, como explica Luiz Araújo, as contribuições têm destinação específica, diferente dos impostos que, pela vinculação constitucional, financiam as políticas sociais e precisam ser repartidos com estados e municípios. Ele diferencia as contribuições que foram pensadas na época da própria Constituição Federal – algumas delas integrando o orçamento da seguridade social – daquelas que foram sendo criadas depois como parte da estratégia da União para “fugir das amarras”.

Outro reforço para o orçamento das políticas de educação, na avaliação de Leher, precisa vir da regulamentação dos recursos do pré-sal – de acordo com projeto aprovado no Congresso, 50% do capital do Fundo Social do Pré-Sal deve ser destinado para educação e saúde. “Que haja de fato o repasse desses recursos decorrentes das receitas do pré-sal para a rede pública, com critérios que sejam republicanos, que independam de quem dirigente está à frente do Estado”, defende. Mas, para o reitor da UFRJ, a medida mais importante para a superação da crise de financiamento da educação que se agrava com o ajuste fiscal é a garantia de que o dinheiro do Estado seja usado exclusivamente para o ensino público. “Essa é a questão mais estrutural. [É preciso reverter] essa racionalidade de que não importa se a instituição é pública ou privada, de que a educação é um serviço que pode ser ofertado no mercado. Assim, um aumento da verba do Ministério da Educação não vai ser revertido em melhorias para as instituições públicas”, conclui.

Procurado pela Poli, o MEC não teve disponibilidade para conceder entrevista. ●

Leia Especial sobre ajuste fiscal em [www.epsjv.fiocruz.br](http://www.epsjv.fiocruz.br)

# GREVE!

Você reparou que essa edição da Revista Poli é quadrimestral? Isso aconteceu porque a Fiocruz, a exemplo de outras instituições do serviço público federal, deflagrou a maior greve de sua história, com duração de 63 dias. As universidades federais também demonstraram fôlego, com uma paralisação de 139 dias. Essas experiências de greve demonstram que os trabalhadores não estão dispostos a arcar com as contas de um “ajuste fiscal” que continua mantendo os privilégios de poucos. E isso ficou evidente tanto no plano nacional, quanto no estadual: basta lembrar da coragem dos professores do Paraná que, mesmo violentados pela polícia, fizeram a mais simbólica greve de 2015. Como você vai ver agora, esse instrumento de luta, que existe há muito tempo, teve altos e baixos na história do Brasil e do mundo...

**1886 Dia Mundial do Trabalho** A história do 1º de maio remonta 1886, quando uma greve geral varreu os Estados Unidos. Em Chicago, manifestações por melhores condições de trabalho, como a redução da jornada de 13 para oito horas diárias, foram marcadas por violência policial com um saldo de 12 mortos e dezenas de feridos. Para lembrar a data, a Segunda Internacional Socialista criou o Dia Mundial do Trabalho.

**1917 Primeira greve do Brasil** No Brasil, o primeiro grande movimento grevista ocorreu em julho de 1917, quando uma greve paralisou completamente São Paulo, principal polo industrial do país. De viés anarquista e socialista, o movimento reivindicava mais direitos, melhores salários e condições de trabalho. Foi brutalmente reprimido pelo Estado.

**1964 “É pau, é pedra”** Instaurada em 1964, a ditadura empresarial-militar no Brasil atacou duramente as organizações dos trabalhadores, causando uma longa paralisia nas lutas dos sindicatos e movimentos populares.

**1979 Reorganização** As greves dos metalúrgicos do ABC paulista, em 1979, foram o estopim de grandes mobilizações de trabalhadores na década de 80. Deflagrados por demandas relacionadas a melhores salários e autonomia sindical, os movimentos grevistas se converteram em atos pela redemocratização do país, aumentando a crise da ditadura e iniciando um novo ciclo de reorganização do movimento sindical brasileiro.

**ANOS 1980 Virada neoliberal** Se hoje existe uma interpretação disseminada de que os sindicatos são “corporativos” e a organização dos trabalhadores “traz prejuízos” à competitividade e à sociedade, nem sempre foi assim. Esses argumentos fazem parte da estratégia usada a partir dos anos 80 para enfraquecer o poder de organização dos trabalhadores, já que a cartilha neoliberal previa demissões em massa e privatizações. Os marcos dessa “virada” foram a greve dos controladores de voo, nos Estados Unidos em 1981, e a greve dos mineiros de carvão na Inglaterra, que teve duração de um ano entre 1984 e 1985. O governo de Ronald Reagan, nos EUA, decretou a paralisação ilegal e demitiu 11,3 mil dos 13 mil grevistas, proibindo sua readmissão no serviço público. Já a britânica Margaret Thatcher fechou minas, demitiu trabalhadores e depois de desgastar a imagem do sindicato junto à opinião pública, ainda conseguiu aprovar uma legislação antigreve.

**1995 Greve dos Petroleiros** A greve dos petroleiros é considerada o momento em que o neoliberalismo tupiniquim “quebrou a espinha dorsal” do movimento sindical. Copiando as ações repressivas de Thatcher e Reagan, o governo Fernando Henrique Cardoso não só descumpriu acordos assinados com a categoria pelo presidente anterior, Itamar Franco, como solicitou ao Tribunal Superior do Trabalho que determinasse a ilegalidade da greve, aplicando multa de R\$ 100 mil por cada dia paralisado (foram 32 dias, no total). Ao final, 73 trabalhadores ainda foram demitidos.

**ANOS 2000 Ascenso das lutas** Professores, bombeiros, lixeiros, bancários, metalúrgicos: a lista é longa. Nos últimos anos, várias greves importantes foram deflagradas tanto no serviço público quanto na iniciativa privada. Os últimos dados do Dieese mostram que em 2013 foram registradas mais de 2.050 greves, grande parte delas contra o arrocho nos salários. Se a repressão policial violenta, a criminalização ou silenciamento dos movimentos na mídia se mantêm, por um lado, a reorganização de frações da classe trabalhadora demonstra que a greve segue sendo um importante instrumento de luta.



GUILHERME BOULOS

## “Para a esquerda brasileira sair do atoleiro em que está hoje é preciso ter uma ampla unidade de ação”

Maíra Mathias e Raquel Júnia

Crise. Essa é a palavra que mais se ouviu em 2015, aplicada à economia, aos partidos, aos políticos e até à “moral”. Caminham em falso parlamentares e empresários envolvidos na Lava Jato, sob a corda bamba se equilibra o governo Dilma Rousseff e a pergunta que não quer calar é: o que o futuro nos reserva? A questão é particularmente urgente para a esquerda brasileira, que viu a força motriz de junho de 2013 se transformar em uma enorme onda conservadora onde surfa a nova – e nem tão nova – direita nacional. Respondê-la, contudo, depende de um inventário do que significou a chegada da esquerda ao poder, com o Partido dos Trabalhadores, o que restou dessa experiência e o que significa seu aparente declínio. Em suma, quais são os dilemas e desafios da esquerda brasileira hoje e como mudar a atual correlação de forças tão desfavorável aos trabalhadores, populações tradicionais, indígenas? Para debater essas questões, a Revista Poli convidou uma liderança de um dos movimentos sociais mais ativos na disputa por “corações, mentes e ruas” – o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Nesta entrevista, o filósofo Guilherme Boulos fala sobre outro exercício de equilíbrio, sob “fio de navalha”, que se apresenta para os movimentos que querem disputar a insatisfação popular para a construção de saídas à esquerda da crise.



Mídia Ninja

**O PT está há quase 13 anos no poder e, tanto o governo quanto o partido, vivem hoje uma crise sem precedentes. Um aspecto da crise parece estar ligado à descaracterização do PT como partido de esquerda. Você concorda? Essa inflexão estava visível desde antes da eleição de Lula, em 2003, ou se deu ao longo da trajetória do partido no poder?**

Já na década de 1990 o PT fez a opção de se voltar todo para a disputa do Estado. Aquilo que foram as forças sociais pulsantes que geraram o PT nos anos 1980 – greves, movimento popular, comunidades eclesiais de base – deixaram de ser prioridade do partido. O foco passou a ser ganhar prefeituras, governos, aumentar a bancada parlamentar para chegar à Presidência da República. O discurso era chegar à Presidência para fazer as mudanças necessárias, incluindo mudar o sistema político brasileiro, mas o que aconteceu é que o PT se adaptou a esse sistema, se adaptou às alianças conservadoras para estabelecer governabilidade. Apesar de avanços do ponto de vista de programas so-

ciais e de investimentos públicos, em 13 anos de poder não foi feita nenhuma reforma estrutural e não se combateram os privilégios históricos da elite brasileira. Nesse sentido, não é possível dizer que o governo petista foi um governo de esquerda.

**E pode-se dizer que o PT permanece sendo um partido de esquerda?**

O problema foi que o PT praticamente se identificou com o governo. O partido não construiu uma posição própria por fora do governo e tomou como seu o conjunto das políticas e das opções assumidas pelo governo.

**Ao mesmo tempo em que se consolidam essas análises sobre a descaracterização do PT, observamos em 2015 um crescimento, nas ruas, do ódio ao pensamento de esquerda como espécie de irmão siamês do ódio ao PT. Episódios em que pessoas vestindo vermelho foram acuadas durante as manifestações dão o tom desse processo. Em que medida o ‘ocaso’ do PT impacta a organização das esquerdas no Brasil?**

Esse é o drama. Ao mesmo tempo em que o governo petista não tomou uma opção de esquerda – especialmente neste segundo mandato da Dilma, em que está se aplicando uma política de austeridade que era a plataforma do candidato da direita em 2014 –, a direita cresce nas ruas e no parlamento. Esse antipetismo que está nas ruas não critica o PT por não ter feito as reformas populares, mas por achar que o partido é bolivariano e comunista. Nesse

sentido, uma esquerda crítica e independente do governo não pode cometer o erro de flertar com esse antipetismo das manifestações de classe média. Esse antipetismo é antivermelho, antiesquerda, antigreve, antiocupação de terras, antimovimento social. O drama é que ao mesmo tempo em que é preciso combater essa ofensiva da direita, também não é possível defender as políticas do governo. É preciso enfrentá-las também. Hoje uma postura que eu acredito ser coerente na esquerda brasileira é fazer esses dois enfrentamentos: tanto à ofensiva da direita, que critica o PT talvez por alguns de seus méritos, quanto às políticas do governo, que fazem o povo pagar pela crise.

### **O enfraquecimento do PT pode ter dado as condições para o aparecimento e fortalecimento dessa direita?**

Temos que ir um pouco além. As políticas adotadas pelo PT no governo em parte são responsáveis por esse fortalecimento da direita. A opção por construir um governo de pacto, mesmo quando se tinha amplo suporte social, com 80% de popularidade, foi também a opção por não fazer os grandes enfrentamentos necessários, mantendo a divisão do butim com os setores da direita mais tradicional. Isso foi como chocar o ovo da serpente, mantê-los fortes, vitaminados, para que num momento de enfraquecimento do PT, eles pudessem dar o bote como estão dando. Agora, naturalmente que se o PT não fez reformas estruturais – e de fato não fez, estou falando de reforma urbana, agrária, tributária, política, democratização das comunicações, e nada disso foi pautado nesses 13 anos –, por outro lado, funcionou como um freio para contrarreformas no país. E o enfraquecimento do PT tem colocado em pauta essas contrarreformas, particularmente no Congresso Nacional.

### **E qual tem sido o papel do Congresso Nacional no reascenso da onda conservadora?**

Um papel protagonista. É impressionante a rapidez com que o Congresso tenta converter as manifestações de 2015 em retrocessos institucionais. Poucas semanas depois [das manifestações] se pauta terceirização, redução da maioria penal, contrarreforma política, posteriormente, Estatuto da Família, PEC dos Indígenas [PEC 215/00], lei antiterrorista – esta, é importante que se diga, com projeto originário do governo –, ou seja, uma série de projetos que estavam na gaveta esperando o momento apropriado, uma correlação de forças mais favorável à direita brasileira para se impor.

### **Ainda sobre a nova direita, não há muita dúvida de que existem grupos, inclusive financiados por entidades estrangeiras, que estão se organizando. Mas nem todo mundo que foi protestar é automaticamente filiado às pautas mais simbólicas da direita, como o Estado mínimo. Quais são os vetores que unem essas pessoas que estão indo às ruas?**

Uma grande insatisfação social. Hoje essa insatisfação é medida em todas as pesquisas com o governo, mas não só. O índice de aprovação do Congresso Nacional é menor do que o índice da Dilma, que já é muito pequeno. O índice de credibilidade dos partidos políticos é ainda menor que o do Congresso. Há uma crise de representatividade, no sentido de que esse sistema político dominado pelo poder econômico é incapaz de dar voz aos grandes anseios da maioria da sociedade brasileira. Acontece que a direita brasileira tem sido capaz de canalizar essa insatisfação. É verdade que nem todo mundo que estava [nas manifestações de] 15 de março ou 16 de agosto é de direita, felizmente. No entanto, as pautas mais representativas são saídas à direita para a crise. A direita tem sido capaz de canalizar essa ampla insatisfação social, a partir do aparato de mídia também. O desafio da

esquerda brasileira é disputar essa insatisfação.

### **Muito se falou durante esses anos de governo do PT da cooptação de movimentos sociais, com consequente arrefecimento das lutas que vinham sendo travadas no país. Se isso pode ser verdade no caso de entidades e movimentos ligados ao PT desde sua origem – CUT, UNE e MST –, outras forças políticas, como o MPL e o MTST, se fortaleceram. Como você analisa o surgimento e crescimento desses novos movimentos e a importância de ir para as ruas após junho?**

Junho de 2013 foi um fenômeno complexo. Nenhuma análise unilateral dá conta de junho, que foi um movimento desencadeado por uma pauta urbana e por um movimento com um viés de esquerda, como é o MPL, mas que, no seu rescaldo, foi apropriado por setores da direita. E se é possível dizer que alguns movimentos sociais, como o MPL e o próprio MTST, se fortalecem após junho, certamente a direita também sai do armário e toma as ruas. No caso desses movimentos, vou dizer mais particularmente do MTST, esse crescimento se expressa na capacidade de lidar com demandas concretas de forma independente e desatrelada dos governos. A autonomia do movimento social é essencial. A ideia de que ‘pau que bate em Chico também bate em Francisco’, de não deixar de fazer nenhuma luta e nenhum enfrentamento porque é tal ou qual partido que está no governo, isso fortalece muito a dinâmica e a capacidade do movimento de crescer e representar pautas populares. Sobre os outros movimentos, eu acho que não se deve jogar a criança fora com a água do banho. São instrumentos historicamente criados pelos trabalhadores no Brasil que não podem e nem devem ser jogados no lixo. Ainda têm uma representatividade social expressiva.

Você pode criticá-los. O MTST tem diferenças de análises com a CUT, a UNE e o MST. Mas para a esquerda brasileira sair do atoleiro em que está hoje é preciso ter uma ampla unidade de ação entre os setores que representam força real no movimento social.

**Embora faça muitas críticas ao governo, o MTST tem participado de eventos que, em nome da defesa da democracia, contra o golpismo, acabam sendo interpretados como atos de proteção ao governo. Esse foi o caso da manifestação de 20 de agosto, por exemplo, e, mais recentemente, do Congresso da CUT. Essa decisão sobre a proximidade com um governo que se critica num momento de ameaça de impeachment tem, inclusive, dividido a esquerda...**

O MTST não participou ou participa de qualquer ato de defesa do governo. O MTST, aliás, é o movimento social que mais luta fez contra as políticas desse governo em 2015.

**Sei que vocês criticaram pesadamente o governo, mas o ato de 20 de agosto foi interpretado como de apoio. Me refiro à divisão na esquerda, entre aqueles que argumentam que criticar o governo é fazer o jogo da direita e outros que defendem que a esquerda deve fazer de uma vez por todas o “luto” do PT, algo como “puristas” versus “governistas”...**

Quem estava lá no dia 20 de agosto viu o tom do ato. Não nos pautamos pelo que diz a Rede Globo, a Folha de S. Paulo ou o Estadão. Quem estava lá viu o tom da maioria do ato que era claramente de crítica às políticas do governo. Se a Globo resolveu publicar outra coisa, tem que conversar com o Ali Kamel [diretor de jornalismo da Rede Globo], não comigo. Do ponto de vista dessa

diferença de posições na esquerda brasileira, acho que há dois erros que precisam ser evitados nessa conjuntura. O primeiro é fazer a defesa desse governo em nome da necessidade de criticar e combater a ofensiva conservadora. Essa ideia de que qualquer crítica ou qualquer enfrentamento às políticas do governo seria fazer o jogo da direita é extremamente equivocada. Isso leva a esquerda brasileira a dar um abraço de afogado num governo que gera uma ampla insatisfação social e, inclusive, tira a capacidade da esquerda de fazer a disputa pela insatisfação social que tem que ser feita hoje. Adotar uma política de defesa do governo significa perder imediatamente a capacidade de dialogar com 80% da população que não quer ouvir falar nele. Além de um erro político, seria um tiro no pé. Por outro lado, é um erro igualmente grave subestimar a direita ou flertar com o antipetismo de direita, em suma, acreditar que daí vai sair qualquer caldo, mesmo em nome da legítima necessidade de enfrentar a política desse governo. Esse tipo de posição ignora o tamanho da ofensiva conservadora que vivemos hoje no Brasil. Ignora que com esse antipetismo de direita não há diálogo, pois é o mesmo que está batendo em quem está de vermelho, que enfrenta as políticas historicamente identificadas com a esquerda brasileira e com os movimentos sociais. A postura política que achamos correta neste momento é a de fio da navalha. Ao mesmo tempo em que se enfrenta essa ofensiva conservadora, se enfrentam as políticas do governo defendendo uma saída à esquerda para a crise. Essa tem sido a política do MTST marcada por independência e crítica em relação ao governo.

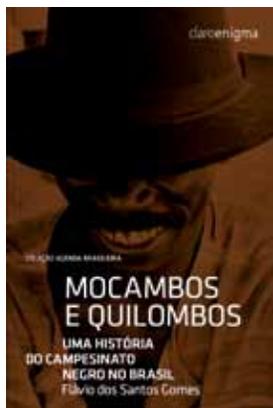
**Na medida em que o PT se enfraquece e outros partidos de esquerda não conseguem grande expressão eleitoral, como você vê o futuro da esquerda partidária e da disputa eleitoral no país?**

Nosso desafio é a reconstrução da esquerda brasileira. E isso passa por outro espaço central que não é o da institucionalidade. Não que se deva abrir mão ou que o que há de expressão de esquerda na institucionalidade deva ser jogado fora. Ao contrário, o fortalecimento dessas manifestações da esquerda, seja com o PSOL, seja com setores do PT, ainda é fundamental. Mas acreditamos que o grande desafio é retomar as ruas como espaço de fazer política. A opção tomada pelo PT de fazer um giro completo para a institucionalidade, deixando de fazer trabalho de base, deixando de atuar nas ruas e construindo uma sustentação de governabilidade através do parlamento, deu no que deu. Repetir é tolice. É preciso reconstruir o ciclo de mobilização social no país. Isso é essencial mesmo para aqueles que querem atuar na institucionalidade. Para que essa atuação possa ter algum respaldo, tem que ser com forças sociais e populares ativas nas ruas.

**Comparando com o movimento 15M na Espanha e, posteriormente, o surgimento do Podemos!, muitas vezes se lamenta o fato de que nenhuma força partidária tenha surgido de junho de 2013. Qual é a reflexão do MTST sobre a forma partido?**

No caso do Podemos!, você frisou bem, ele surgiu depois do 15M. Nós temos que fazer primeiro a lição de casa, que é colocar 300, 400 mil pessoas nas ruas como se fez na Espanha. Ficar pensando em construir instrumentos institucionais a frio não é algo que vai representar uma alternativa de saída à esquerda para essa crise. Não que se deva negar a construção de ferramentas políticas, mas me parece que elas não devem se identificar com o que é hoje esse modelo institucional de partido que está desacreditado, até porque o sistema político brasileiro está desacreditado. É preciso que se construa antes de tudo um ciclo de mobilização. Não adianta ficarmos tendo uma referência no *Podemos!* sem compreender o processo que gerou o *Podemos!*. Se não, vamos ficar só no ‘Queremos!’. ●

# Uma obra contra a invisibilidade



O novo livro de Flávio Gomes, ‘Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil’, publicado pela editora Claroenigma, trata esses espaços de resistência escrava durante os séculos 16-19. O livro faz parte da coleção ‘Agenda brasileira’ que, a tomar pelos outros títulos, diz muito sobre o objetivo do livro: apresentar ao grande público um tema candente na sociedade através de lentes que o tornam mais complexo. E ‘Mocambos e Quilombos’ o faz através de uma linguagem acessível, oferecendo ao curioso uma extensa lista bibliográfica e excelente introdução da resistência escrava e negra na história do Brasil.

Quilombos ou mocambos, termos da África central, foram os nomes dados às diversas aglomerações de escravos fugidos das grandes zonas monocultoras da América portuguesa. Porém, a administração colonial, ao reduzir esses fenômenos a um nome, igualaram as muitas e diversificadas experiências de resistência. Espaços de contestação da ordem escravista, sua presença era contínua, visível no extenso levantamento que o autor oferece sobre o número de quilombos ao longo do tempo em diversas regiões do Brasil. Mas o autor também deixa claro que essa não é uma especificidade da colonização portuguesa, sendo comuns tais ajuntamentos em outras regiões da América.

Talvez um dos grandes méritos do livro seja a desconstrução da imagem do quilombo como local apartado do resto da sociedade, aparecendo somente em momentos de afirmação da ordem escravista através da lógica do conflito. Flávio Gomes demonstra como eles eram espaços integrados a complexos circuitos comerciais – em alguns casos, construindo relações efetivas sobre as fronteiras, mais imaginárias do que reais, das zonas coloniais americanas. Assim, os quilombolas ocuparam zonas no interior da colônia, desenvolvendo uma agricultura fundamental para o abastecimento das regiões urbanas e fazendas, formando um campesinato negro que ainda demonstra sua influência no interior do Brasil, inclusive por manter relações com os ameríndios e compor comunidades mestiças singulares.

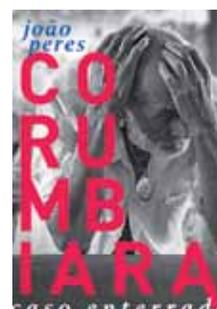
E ainda assim representavam um símbolo de resistência que necessitava ser combatido, pois eram um polo de atração de escravos insubordinados. Importantes, pois, os quilombos eram edificadas segundo as suas necessidades de defesa, em locais estratégicos que permitiam a fuga, com a construção de postos avançados e armadilhas em seu entorno. O autor demonstra como os conflitos entre escravos/quilombolas e senhores assumem formas variadas, desde uma “greve” de escravos na Bahia do século 18 que se transformou em um quilombo dentro das terras senhoriais, até iniciativas de ataque por parte dos quilombolas a vilas e fazendas, roubando provisões e armas ou exigindo tributos dos moradores urbanos.

Assim, ‘Mocambos e Quilombos’ é um livro fundamental nesses tempos de afirmação dos direitos sociais de minorias. Depois do 13 de maio de 1888, como afirma Flávio Gomes, os quilombos sumiram da documentação oficial, invisibilizados pela liberdade que conquistaram. Porém, hoje, com o número expressivo de reivindicações por demarcação por parte dos remanescentes quilombolas, essas comunidades mostram que continuaram a exercer um papel importante na dinâmica socioeconômica e cultural das regiões em que habitam. Continuaram existindo, mesmo invisibilizadas. Como lente de aumento de tais reivindicações, o livro é uma contribuição essencial para dar visibilidade a essa história.

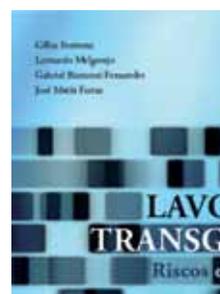
Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil. Flávio Gomes. Ed. Claroenigma, 2015, 240p.

Por: **Lucas Cabral de Castro**, historiador e mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da PUC-RJ

## PUBLICAÇÕES



*Corumbiara, caso enterrado*  
João Peres  
Editora Elefante, 2015,  
304p.



*Lavouras transgênicas:  
riscos e incertezas*  
Gilles Ferment, Leonardo  
Melgarejo, Gabriel Bianconi  
Fernandes e José  
Maria Ferraz  
Ministério do  
Desenvolvimento Agrário,  
2015, 450p.



*Adeus ao Trabalho (edição  
comemorativa de 20 anos,  
revista e ampliada)*  
Ricardo Antunes  
Editora Cortez, 2015, 288p.

# ECONOMIA

Se você já parou para ler o caderno de economia de algum grande jornal, deve ter se deparado com a dificuldade que é compreender muitos dos processos que são descritos ali. Entre quedas e subidas das bolsas de valores e do preço do dólar e a abundância de termos como ‘derivativos’ e ‘ativos financeiros’, quase não dá tempo de parar e perguntar: afinal, quando é que um tema importante como a economia se tornou tão complexo, para não dizer hermético? Isso ficou muito claro com a crise de 2008, cujos efeitos foram sentidos pela maioria da população mundial, mesmo aqueles que não faziam ideia, por exemplo, do que era um ‘crédito subprime’.

Para Luiz Alberto Machado, vice-diretor da Faculdade de Economia da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), a explicação está no processo de financeirização da economia, que se intensificou com a globalização. “Isso acelerou violentamente a velocidade da moeda e permitiu a criação de instrumentos financeiros cada vez mais sofisticados, mas realmente de difícil compreensão para as pessoas não iniciadas. É parte do processo da evolução do capitalismo”, opina Machado.

Rodrigo Castelo, professor da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), diz que não há dúvida de que as transformações da base material do capitalismo nas últimas décadas são parte desse processo, mas há de se levar em conta também os impactos ideológicos que essas transformações tiveram. “Cada vez mais as análises da economia são baseadas somente nos fenômenos aparentes da economia, os fenômenos da circulação, sem ver a perspectiva de totalidade entre produção, consumo, troca e distribuição. Hoje a grande mídia trabalha com a ideia de mercado e não com a de capital”, afirma Castelo. Para ele, isso é um reflexo da hegemonia ideológica de uma forma de pensar a economia cujas origens remontam ao século 19, com a chamada escola marginalista, também chamada de neoclássica.

## Reação burguesa

A emergência da escola neoclássica, segundo a professora Maria Malta, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), marca o momento em que a produção do conhecimento econômico dá uma guinada em favor de uma perspectiva em que o mercado ocupa cada vez mais o centro da análise, distanciando-se do que até então era chamado de economia política, de autores como Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx (este com a sua crítica da economia política). Estes são os primeiros a desenvolver a ideia de que a distribuição da riqueza no capitalismo se dá por meio da disputa entre classes com interesses antagônicos. “Quando o Ricardo coloca essa questão, já havia começado a organização dos movimentos dos trabalhadores na Europa, que estavam se vendo premiados por uma forma de viver e produzir que os estava destituindo de tudo”, explica Malta, complementando: “Na hora em que você evidencia essa disputa pela riqueza entre as classes sociais, coloca no jogo analítico a necessidade de respostas da classe dominante em relação àquela ciência, que começa a revelar um conflito que põe em questão o próprio sistema”. Se, de um lado, Marx desenvolve a ideia de que o sistema de produção deve ser orientado pelos critérios de quem produz, os trabalhadores, do outro lado há a reação da burguesia, através da obra dos autores neoclássicos. “Esses autores vão começar a utilizar um instrumental matemático e estatístico para dar o que eles chamam de ‘corpo científico’ para o argumento econômico de que cada um recebe de acordo com a sua produtividade. Então, se você é pobre é porque produz pouco, se

você é rico é porque produz muito e contribui muito. Era a constituição de um discurso de justificação ideológica do capitalismo num formato científico”, afirma Malta.

Em paralelo à aplicação cada vez maior de ciências exatas, como a matemática, a emergência da escola neoclássica marca também um afastamento gradual da economia da política, segundo Rodrigo Castelo. “A economia política, na definição de Adam Smith, era uma ferramenta para o estadista prover uma renda ou manutenção farta para a população e prover o Estado ou a comunidade de uma renda suficiente para os serviços públicos. Já para os neoclássicos, o mercado não precisaria da intervenção do Estado para a sua atuação na produção e alocação dos recursos, que seriam bem distribuídos a partir de uma produção da livre concorrência”, conta. A partir daí, os caminhos são dois, explica Maria Malta: “Um é a tentativa de construir com os trabalhadores, mais do que explicar, a sua possibilidade de transformação social e obtenção do poder social e econômico. Do outro lado, há a tentativa de justificar a destituição dos trabalhadores desse papel. E para garantir que o trabalhador não entenda nada, você começa a produzir uma economia que seja ininteligível mesmo”. Segundo ela, durante todo o século 20 são essas duas vertentes que vão nortear a produção do conhecimento econômico.

## Ortodoxos e heterodoxos

O debate sobre Estado e mercado está na origem da divisão que existe até hoje na classificação do pensamento econômico entre ortodoxos e heterodoxos. “A visão ortodoxa acredita que deve haver uma predominância do mercado em relação ao Estado, entre eles os neoclássicos. A heterodoxia, como o keynesianismo ou o marxismo, atribui um peso maior para o Estado em

relação ao mercado”, explica Luiz Alberto Machado. Maria Malta, no entanto, questiona essa divisão entre as escolas do pensamento que, segundo ela, reflete a ideologia dominante. Ela chama a atenção para o fato de que o prefixo *orto* significa correta e *doxa*, opinião. Ou seja, o pensamento econômico que enfatiza o mercado e que vê o capitalismo como um sistema que produz bons resultados é a “opinião correta”. “Do outro lado, heterodoxia significa ‘a outra opinião’. Então é a opinião correta e a outra”, destaca Malta, e completa: “Aí todo o resto cabe dentro da heterodoxia, desde Keynes, que defende uma intervenção do Estado no mercado mas para defender o capitalismo, até os marxistas, que têm uma visão completamente contrária ao sistema capitalista. A heterodoxia fica um saco de gatos”, afirma.

## Disputa acadêmica

Mas hegemonia não significa pensamento único, como ressalta Castelo. Segundo ele, no Brasil, os economistas heterodoxos ainda ocupam espaços importantes na academia. “Aqui no Brasil os setores desenvolvimentistas ainda têm presença aqui e ali, e os próprios marxistas têm uma presença forte em torno da Sociedade Brasileira de Economia Política”, afirma. Entretanto, diz o professor da Unirio, grande parte dos recursos para pesquisa são direcionados para estudos com fundamentação neoclássica. “Além de toda a ideologia que fundamenta a grande mídia”, completa.

Maria Malta lamenta uma “perda de autenticidade” do pensamento econômico produzido no país a partir da década de 1990. “No Brasil a gente teve movimento forte a partir das formulações do Celso Furtado, da teoria da dependência, do capitalismo tardio, que são mais autônomas do ponto de vista crítico. Tínhamos uma tradição de valorizar esse processo de entendimento, que tem a história como referência. E a gente foi perdendo isso, em especial dos anos 1990 para cá, com as escolas se tornando cada vez mais ortodoxas, inclusive usando manuais americanos para o ensino da economia”.

## Menos Marx, mais Mises

Reflexo da disputa em torno da hegemonia do pensamento econômico nas universidades brasileiras é o *slogan* “Menos Marx, mais Mises”, que tem aparecido em adesivos colados nas paredes de algumas instituições públicas. O ex-colunista da Revista Veja Rodrigo Constantino celebrou em seu blog a iniciativa de alunos da Universidade Federal Fluminense (UFF), “antro de esquerdistas”, segundo ele. “Se as pessoas lessem o Mises iam ficar tão horrorizadas que não diriam isso. Porque ele é um autor de uma época em que a direita dizia exatamente a que vinha e o que ela pensava do povo. Então ele coloca completamente a responsabilidade sobre seu próprio destino na mão do indivíduo. Ele diz: você é assim porque não tomou as atitudes corretas, na sua história, na sua família. Ele privatiza o resultado da sua vida”, explica Maria Malta. Segundo o professor da Faculdade de Economia da UFF, André Guimarães, Ludwig Von Mises fez, em seus textos, inclusive apologia do fascismo. Ele exemplifica com um trecho de uma obra do autor: “Não se pode negar que o fascismo e movimentos similares visando ao estabelecimento de ditaduras são repletos das melhores intenções e que suas intervenções têm salvado a civilização europeia até agora”.

## Quem paga a banda escolhe a música

Mas se no campo acadêmico ainda há espaço para disputa, o domínio da ortodoxia neoclássica na esfera da política econômica é total. “A prática da política econômica não tem muitas pretensões de se disfarçar com teorias. Mesmo os economistas heterodoxos que entram para a política vão se adaptar à realidade concreta, isso em toda parte. A política econômica responde aos interesses de quem manda no governo”, argumenta Ramon Peña, professor-pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz). Rodrigo Castelo dá o exemplo do presidente do Banco

Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, que é um economista heterodoxo, do chamado neodesenvolvimentismo. “Ele é quem toca a política das campeãs nacionais, que foi a formação dos grandes conglomerados transnacionais brasileiros que operam internamente expropriando povos indígenas, camponeses, quilombolas, pequenos agricultores, nas suas atividades de promoção do agronegócio no Brasil e promovendo a exploração e expropriação de bens primários de povos tradicionais na América Latina e na África. Em nenhum momento teve realmente uma disputa efetiva para reduzir o poder das frações rentistas do capital. Muito pelo contrário”, afirma.

Para o professor da Unirio, parte da dificuldade em entender os processos econômicos hoje tem origem nesta hegemonia do pensamento neoclássico ortodoxo sobre o debate econômico, bem como do alijamento dos trabalhadores dos processos de acumulação de capital sobre os quais a teoria hegemônica se debruça. “Para a teoria neoclássica, quem se apropria melhor do mercado é aquele que tem melhor capacidade de produzir riqueza, indivíduos dotados de ‘capital humano’ que podem trabalhar e abocanhar um maior quinhão da riqueza produzida. Só que eles estão descrevendo o mundo das finanças, que está intimamente ligado à capacidade de extração da mais-valia da classe trabalhadora, por mais que eles digam que não”, diz Castelo. O problema, completa, é quando essa maneira de descrever os processos econômicos se universaliza, a partir do domínio político dessa fração da burguesia. “Esses elementos matemáticos servem para fazer o cálculo de maximização de lucros, de extração de mais-valia dos trabalhadores para alguns setores da sociedade que têm excedente de renda e precisam calcular onde vão alocá-la. Mas para a classe trabalhadora isso nem se coloca, porque nós, enquanto classe, precisamos gastar tudo o que ganhemos, não temos excedente para investir”, conclui. ●

André Antunes